

Eliene Carvalho da Silva • Edmar Peixoto de Lima

AS CIDADES

do Rio Grande do Norte

Sob os Preceitos

Investigativos da Toponímia




FAPERN


Edições
UERN

Eliene Carvalho da Silva • Edmar Peixoto de Lima

AS CIDADES

do Rio Grande do Norte

Sob os Preceitos

Investigativos da Toponímia



2022

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes



Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Diagramação

Gabriela Mabel Alves Vieira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Silva, Eliene Carvalho da

As cidades do Rio Grande do Norte sob os Preceitos Investigativos da Toponímia [recurso eletrônico]. / Eliene Carvalho da Silva e Edmar Peixoto de Lima. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

100 p.

ISBN: 978-85-7621-359-8.

1. Semântica cultural . 2. Toponímia - Rio Grande do Norte. 3. Centro de Ensino Técnico Profissionalizante de 2º grau professor Anísio Teixeira - Natal-RN - (1974 a 1985). I. Lima, Edmar Peixoto de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/SIB

CDD 413.028

Bibliotecário:

Editora Filiada á



Meus amigos e minhas amigas,

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte

Parceria

pelo Desenvolvimento Científico do RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (*e-book*) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de *sites* de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos *e-books*, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento

social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Maria Lúcia
Pessoa Sampaio*

Diretora-Presidente da FAPERN

*Cicília Raquel
Maia Leite*

Presidente da FUERN



Autores

Eliene Carvalho da Silva

Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Estudante vinculada ao Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto - GPET/UERN/CNPq - Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas; título obtidos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Atualmente é professora da Associação dos Educadores Mundo Mágico e agente de saúde da Prefeitura Municipal de Severiano Melo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Lexicografia e Toponímia.

Edmar Peixoto de Lima

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e do Departamento de Letras Vernáculas (DLV/FALA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Doutora em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da UERN; Especialista em Ensino da Língua Inglesa e Ensino da Língua Portuguesa, pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduada em LETRAS, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas literaturas pela URCA. Coordenadora e idealizadora do projeto de extensão Laboratório de Produção Escrita Acadêmica (LAPEA). Membros do Grupo de Pesquisa em Linguística e Literatura (GPELL) da UERN; do Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (PROTEXTO), da UFC, do Laboratório de Estudos Lexicais - LABLEX da UFRN.

Comedor de camarão

Hoje acordei na Redinha/ Comendo ginga e tapioca A praia toda só minha/ Eu sou roqueiro das Rocas

Me deu uma dor em Cotovelo ter te visto partir/ Agora tá feito Pipa, voando solta por aí

Não existiu meio termo, fomos a Extremoz

Você aí em Goianinha e eu aqui pensando em nós

Eu sou do Rio Grande do Norte/ Sou potiguar de coração

Eu sou da terra de Babal, Titina e Dorgival/ Sou comedor de camarão

Hoje você vai ser minha/ Tenho um convite Patu/ Te pego em Pirangi/ E levo a Genipabu

A gente Passa e Fica um pouco, toma um banho de mar/ Com Mãe Luíza joga Búzios, presenteia Iemanjá

E na Barreira do Inferno vou te levar pro céu/ dar rolê de Ponta Negra até a Ponta do Mel

[...]

Venha-Ver que maravilha

Vai rolar chuva de bala no país de Mossoró/ chama o Tenente Ananias

Lampião foi se esconder no carnaval de Caicó/ e tava só de Passagem

Foi tomar um sol na Lajes e pegou insolação/ Mas tinha Boa Saúde

Agradeceu a Bom Jesus e seguiu sua procissão/ No Rio Grande do Norte

Conheceu o nosso Forte e seguiu para Currais/ A vaca foi pro Brejinho

Quando chegou em Mossoró ele pra cá não voltou mais/ Triunfo Potiguar

E o povo do RN ficou um Monte Alegre/ Porque ele só quer paz, Felipe Guerra

Te trago café na cama/ Bolacha Jucurutu

Cuscuz com carne de charque/ E um suquin de caju

E quem precisa ir pra fora se já temos aqui/ Paraná e Portalegre, São Paulo do Potengi

E quando chega o mês de junho é festa no exterior/ Vamo dançar um forrozin em Barcelona e Equador [...]

Alan Persa, 2021

SUMÁRIO

Capítulo 1

Apresentação.....	12
-------------------	----

Capítulo 2

Da Semântica Cultural às Conceitualizações Onomásticas.....	16
2.1 Aspectos Semânticos na Interface entre Léxico e Cultura.....	20
2.2 Caracterização da Onomástica e da Toponímia.....	24
2.3 Abordagens Sobre A Classificação Toponímica.....	30

Capítulo 3

Procedimentos Toponímicos.....	36
3.1 Um Pouco da História do Rio Grande do Norte.....	36
3.2 Processo de Construção dos Dados.....	40
3.3 Tratamento de Dados.....	37
3.4 Modelo De Classificação Toponímica.....	48

Capítulo 4

As Cidades Potiguaras sob o Ponto de Vista da Toponímia.....	58
4.1 Topônimos do Rio Grande do Norte por Mesorregião.....	59
4.2 Motivações Semânticas.....	61
4.2.1 Motivações Toponímicas De Natureza Física.....	63
4.2.2 Motivações Toponímicas De Natureza Antropocultural.....	68
4.3 Causas Denominativas.....	74
4.3.1 Motivações Toponímicas de Natureza Dupla.....	79
4.3.2 Mossoró: Um Topônimo à Parte.....	82
4.4 Síntese dos Topônimos do Rio Grande do Norte.....	85

Capítulo 5

Considerações Finais.....	93
---------------------------	----

Referências

96

Capítulo

1

Apresentação

A Toponímia é a ciência da linguagem que investiga os nomes próprios de lugares, concentrando sua análise nos léxicos toponímicos e compreende como objeto de estudo não somente o nome do lugar, mas também os aspectos sociais e culturais perpassados na comunidade. Nesse sentido, convém destacar que pertencem a Toponímia, as concepções de crenças e de valores perpetuados no ambiente que envolve o denominativo e que constituem a memória do logradouro cristalizada no topônimo.

Com relação às ciências da linguagem, esse processo de nomear os objetos do discurso, relacionando-o aos lugares, tais como: rua, bairro, cidade, praça, considerando os acidentes geográficos: rios, lagos, terremotos, entre outros, é denominado de Toponímia, como já mencionado. Por sua vez, o nome próprio do lugar ou topônimo é uma unidade lexical multifacetada que representa o nominativo do espaço geográfico em que os sujeitos experienciam os falares e a cultura, ambiente que encontram inúmeras possibilidades para nomear o logradouro.

O conhecimento sobre a ciência dos nomes é muito significativo para quem se empenha em compreender o processo denominativo de uma região, já que, a nosso ver, é na diversidade das experiências locais que a cultura se torna singular, e essa singularidade se manifesta no emprego do léxico toponímico que circula nas práticas de linguagem de uma comunidade. Em função desse entendimento, reafirmamos que, somente com base no contexto de construção, é possível interpretar os vocábulos empregados nas “coisas” nomeadas. Sob essa perspectiva, o léxico considerado “comum” passa por um revestimento de valor onomástico, mobilizando significações singulares ao espaço por ele designado.

Esse processo de denominação, convém destacar, não é algo recente. A história nos revela que desde os tempos remotos, o homem nomeia objetos, pessoas, lugares e cria palavras para expressar conhecimentos nos mais diferentes espaços de linguagem. Por essa razão, entendemos que estudar a Toponímia vai muito além de somente compreender o processo de nomear os objetos. Essa área do conhecimento possibilita o procedimento de decodificação e

de compreensão das escolhas realizadas para essa designação. Assim, a Toponímia contempla em seu arcabouço diferentes abordagens, aponta os traços culturais de um povo ou de uma região, seja em uma perspectiva geográfica, que demarca o espaço de natureza física em que o denominador atua, seja sob um viés histórico, que pode contemplar os fatores políticos, sociais ou, ainda, linguísticos de uma comunidade.

Destacamos, portanto, que a Toponímia é considerada uma ciência que proporciona aspectos teórico-metodológicos na mobilização das contribuições linguísticas presentes nas designações nominais, tem como finalidade verificar as motivações que incentivam o processo das escolhas lexicais atribuídas a uma dada região, sem dispensar, contudo, os contributos concedidos pelos contextos históricos e geográficos aludidos pelo designador no processo de nomear. Assim, recorrer aos estudos dos topônimos é percorrer um caminho histórico já trilhado por uma comunidade, que mobiliza, por sua vez, nesse percurso, uma infinidade de itens lexicais repletos de valores semânticos que revelam os costumes de um povo.

De natureza interdisciplinar, essa ciência estabelece interfaces com as demais áreas do conhecimento. Entre elas, destacamos: História, Antropologia, Geografia, Psicologia, assim como a Linguística, Lexicologia, Semântica Lexical, entre outras. Essa integração curricular considera os diversos saberes e permite que os estudos toponímicos viabilizem a recuperação da memória cultural das comunidades, que, por muitas vezes, fica esquecida no tempo e pode afetar os registros oficiais sobre a história de um povo. Constatamos que, por meio da denominação de uma localidade, podemos ter acesso à origem, à formação dos habitantes e às informações essenciais para a construção das identidades linguísticas dessa comunidade. Acrescentamos ainda que, além desses dados, outro fator importante para os estudos toponímicos é a época ou o período que norteia a história da cidade, uma vez que esses ciclos temporais nos permitem entender as marcas de cultura impregnadas no nome de um lugar.

Diante disso, o que nos motiva a eleger essa temática consiste no fato de que as escolhas nominais das cidades potiguares provocam, quase em sua totalidade, uma espécie de estranhamento quando ouvimos as denominações pela primeira vez. Por meio dessa sensação, a curiosidade investigativa é acionada, e emerge a necessidade de se compreender os elementos motivadores que norteiam as designações. Com base nessas questões, é indispensável traçar um percurso para se entender as origens dessas nomenclaturas, conjecturando, ainda, que essas denominações podem expressar a história de vida de uma comunidade local.

Nesse sentido, na tentativa de sanar as nossas inquietações sobre o tema, apresentamos as motivações para este estudo:

- i. Quais as motivações semânticas que embasam as escolhas lexicais no processo de denominação das cidades potiguares?
- ii. Quais as relações existentes entre as denominações e as motivações que norteiam os itens lexicais no processo de nomeação das cidades norte-rio-grandenses?
- iii. De que maneira as causas denominativas são manifestadas nos topônimos norte-rio-grandenses?

Diante dessas indagações, convém salientar que não encontramos na literatura potiguar nenhum material que nos possibilite o acesso às informações que tendem a responder esses questionamentos. Desse modo, elegemos como objetivo geral da pesquisa investigar em que dimensão as escolhas lexicais utilizadas nas denominações das cidades potiguares são influenciadas pelas questões culturais que circundam os lugares denominados, considerando, para isso, os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Toponímia. E, com base nesse propósito, elencamos como objetivos específicos:

- i. Catalogar os topônimos das cidades do Rio Grande do Norte por mesorregiões;
- ii. Verificar as possíveis motivações que embasam as escolhas lexicais presentes nas denominações das cidades potiguares;
- iii. Averiguar a relação entre as denominações e as motivações semânticas que norteiam os itens lexicais no processo de nomeação das cidades norte-rio-grandenses;
- iv. Analisar as possíveis causas denominativas presentes em alguns topônimos das cidades norte-rio-grandenses.

Para alcançar esses objetivos, fundamentamo-nos teoricamente nos estudos de Cançado (2008), de Ferrarezi Júnior (2012, 2013, 2018), de Dick (1990, 2006), entre outros pesquisadores que orientam o nosso posicionamento. Com a finalidade de compreender os preceitos da área, observamos que os estudos toponímicos no Brasil se destacam sob as mais diversas abordagens teórico-metodológicas.

Metodologicamente, para o desenvolvimento da investigação, recorreremos à classificação taxionômica proposta por Dick (1990), na tentativa de classificar e de descrever os topônimos presentes nas denominações das cidades do Rio Grande do Norte. Para tanto, catalogamos os municípios do estado, com base no *site* do IBGE Cidades e, no levantamento dos dados, verificamos a Toponímia local, com a finalidade de observar as influências lexicais predominantes no espaço do nomeador.

Diante disso, ao investigar as escolhas lexicais expressas nos topônimos dos municípios, percebemos que o léxico e a cultura constituem um papel primordial nas denominações das cidades, uma vez que representam os aspectos culturais, sociais e históricos. Observamos, ainda, que a denominação de um lugar pode expressar os sentimentos do nomeador e/ou de sua comunidade. Sobre essas questões, recordamos as palavras de Isquierdo (1997, p. 361-362), quando afirma que “é o nível lexical que mais revela a história cultural do grupo, por isso através do estudo do léxico podemos nos inteirar do modo de ser e de viver de um grupo sócio-linguístico-cultural”.

Desse modo, organizamos esta obra em quatro capítulos: no primeiro, expomos a seção introdutória, em que descrevemos os percursos motivacionais para o desenvolvimento da investigação, apresentamos a questão motivadora e os trabalhos com os quais dialogamos na construção das ideias. O segundo capítulo discorre sobre a fundamentação teórica e se subdivide nos pressupostos que norteiam a Semântica Cultural e nos princípios da Onomástica e da Toponímia, além de expor o modelo taxionômico de Dick (1990). No terceiro, apresentamos a metodologia, cujo objetivo se vincula à explicitação da história do Rio Grande do Norte, considerando os aspectos relevantes da criação dos municípios envolvidos na pesquisa, com a finalidade de informar as particularidades históricas; ainda nesse capítulo, expomos o processo de construção dos dados, os *corpora* toponímicos e as fichas lexicográficas. Em seguida, no quarto capítulo, demonstramos os aspectos analíticos. E, para finalizar, expomos as considerações finais e as referências.

Diante dessas ponderações e atentando para a importância de um trabalho que se propõe a compreender e a socializar as motivações presentes nas denominações das cidades do estado do Rio Grande do Norte, consideramos esta pesquisa relevante tanto pelo alcance social que as discussões viabilizam como pelo fato de, inclusive, possibilitar um maior entendimento sobre as influências locais, materializadas nas escolhas lexicais que são evidenciadas nessas nomenclaturas. Sendo assim, e com o propósito de esclarecer o percurso teórico trilhado para sustentar os preceitos delineados na investigação, tratamos dos aspectos semânticos e toponímicos no capítulo seguinte.

Capítulo

2

Da Semântica Cultural às Conceitualizações Onomásticas

As denominações das cidades do Rio Grande do Norte nos instigam a percorrer as diversas trajetórias que foram delineadas para a realização das escolhas dos itens lexicais que denominam esses lugares. Consideramos imprescindível compreender os elementos motivadores que influenciaram esse processo de nomeação. Assim, com vistas a esse entendimento, mobilizamos no presente capítulo os princípios da Semântica Cultural, as conceitualizações onomásticas, os preceitos toponímicos como aspectos teóricos que fundamentalmente amparam o estudo desta obra, apresentamos também os trabalhos desenvolvidos nessa mesma perspectiva.

A Semântica Cultural valoriza as relações entre a língua e o contexto das interações sociais, materializadas sob os vieses dos aspectos culturais transmitidos mediante as práticas de comunicação linguística. Sob essa perspectiva, os símbolos da cultura são compartilhados por intermédio da troca de saberes, da socialização das crenças e dos valores pertencentes à comunidade. Esses elementos vinculados às questões culturais influenciam as escolhas dos itens lexicais incumbidos de denominar um lugar, esses itens, por sua vez, poderão se cristalizar na memória lexical dessa comunidade.

Sobre as conceitualizações onomásticas, podemos afirmar ser este um campo de estudos que elege como foco de investigação as diferentes denominações, tais como: nomes de ruas, de bairros, entre outros. Essa área do conhecimento se subdivide em duas vertentes teóricas: a Antroponímia e a Toponímia. De acordo com Seabra (2006, p. 1953), “ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos”. Sendo assim, recorreremos aos estudos da Toponímia para embasar as discussões nesta obra, já que se propõe a classificar o léxico toponímico, considerando as motivações que influenciam as denominações das cidades potigüares.

Sobre a Toponímia, destacamos que essa área do conhecimento suscita, por meio do léxico, resgatar, além das influências que norteiam o denominador, as motivações semânticas que inspiram esse processo de nomeação. A escolha do nome para a identificação de um determinado lugar aponta que o nomeador recorre ao repertório linguístico de que dispõe, e a denominação, escolhida para ser a identidade do lugar, incorpora as características do espaço nomeado, podendo, por que não dizer, ser considerado como “testemunha” de uma época ou de uma evolução histórica.

Por essa razão, propomo-nos a destacar as pesquisas, consideradas, por nós, como relevantes, e a traçar um panorama investigativo de trabalhos já existentes na área que, possivelmente, dialogam com a nossa proposta de estudos. Assim, expomos em seguida uma amostra toponímica subdividida por regiões brasileiras que retratam os percursos de investigação sobre os princípios da Toponímia.

Schneider (2002) apresenta a catalogação dos topônimos dos acidentes físicos do Pantanal Sul-mato-grossense e, por meio dessa verificação, brinda-nos, como resultados, com um resgate histórico e social da região. Nossos estudos dialogam com essa investigação na tentativa de demonstrar, também, a relação existente entre língua, cultura e sociedade, assim como de revelar as possíveis influências dos fatores de natureza física e antropocultural na designação dos nomes dos lugares.

Dargel (2003) analisa o léxico tomando por base os aspectos toponímicos, considerando, para isso, o contexto socioambiental sul-mato-grossense e nos concede a possibilidade de conhecermos uma riqueza lexical que envolve o processo de denominação da região. O estudo privilegia a catalogação dos nomes dos acidentes físico-geográficos e, como resultados, os achados, descritos pela autora, demonstram a predominância de topônimos de origem portuguesa e de estrutura morfológica simples. Essas características não são contempladas em nossa investigação, uma vez que objetivamos a catalogação dos topônimos potiguares sob a perspectiva dos preceitos da Semântica Cultural. No entanto, essa investigação dialoga com o nosso trabalho quando a autora recorre às particularidades socioculturais para classificar a Toponímia local.

Carvalhinhos (2005), apoiando-se em uma única taxionomia (hierotopônimo), investiga dois tipos específicos de denominações: uma que se refere aos hierotopônimos que, por sua vez, são adotados quando se tratam de lugares sagrados ou de santos de devoção, e de outro tipo que compreende a oração em forma de prece. Em outras palavras, essa segunda modalidade se configura no culto ou na súplica de proteção que pode ser dirigida a Deus, a um santo de devoção ou a uma divindade. Essas denominações sugerem uma representação

de agradecimento pelos milagres alcançados ou a um pedido para restituir saúde, família e outras inúmeras intenções.

Em nosso estudo, catalogamos algumas cidades potiguares com a taxionomia do hierotopônimo, o que nos permite, assim como Carvalhinhos, tratar dos aspectos motivadores, considerando essa dimensão. Nesse caso, a religiosidade de um povo representa a ação de transbordar a fé por meio dos denominativos de lugares que se escolheu para viver. Logo, essa pesquisa se distancia da nossa investigação apenas pelo ponto de partida, já que Carvalhinhos investiga os hierotopônimos portugueses, e nós intentamos compreender os topônimos das cidades potiguares independentemente da classificação taxionômica.

À vista disso, compreendemos que, de modo geral, há uma relação dialógica com os trabalhos mencionados, já que nos propomos, nesta trilha investigativa, desvendar a história das denominações dos lugares, contudo, também, divergimos deles quanto à localização geográfica, considerando que os trabalhos são realizados em regiões distintas da que delimitamos para desenvolver nosso trabalho. Destacamos que essas discrepâncias em nada diminuem o valor das investigações em destaque, pelo contrário, essas particularidades só demonstram o quão necessário é realizar trabalhos desta natureza.

Deparamo-nos também com o projeto intitulado ATEPAR: pelos caminhos do Paraná, coordenado pela Profa. Maria Antonieta Carbonari de Almeida, que foi desenvolvido em duas etapas: a primeira apresentou dados de 323 municípios, com término em 1999; a segunda etapa, encerrada em 2003, ampliou a pesquisa, acrescentando 76 municípios, totalizando, portanto, 399 cidades catalogadas. Assim, com um banco de dados composto de mais ou menos 20.000 topônimos, o projeto objetiva analisar e classificar as denominações da região Sul do país.

Por se tratar de um projeto e, conseqüentemente, pretender atingir um propósito mais amplo, o ATEPAR aproxima-se do nosso viés investigativo pelo fato de nosso trabalho suscitar a ideia de construção de um projeto, com finalidades de compor um atlas toponímico do Rio Grande do Norte, posteriormente. Embora esse objetivo não faça parte desta obra, ele poderá ser materializado em trabalhos futuros, visto que catalogamos em nossos estudos um número significativo de municípios, pois classificamos as 167 cidades que compõem o estado potiguar.

Já o Projeto Atlas Toponímico do estado de Minas – ATEMIG, desde 2005, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, investiga os nomes de lugares que compreendem todo o território mineiro. Com o propósito de identificar as peculiaridades denominativas dos acidentes geográficos dos municípios do estado de Minas

Gerais, os topônimos são analisados, classificados e organizados em um banco de dados para serem, posteriormente, investigados.

Como já ressaltamos, os projetos divergem da nossa finalidade, todavia, inventariamos os municípios do RN com o intuito de os dados servirem de base para futuras pesquisas na área, visto que este trabalho possibilita a compreensão das denominações das cidades, considerando os aspectos sociais, históricos e culturais que fazem parte da comunidade. Esses estudos envolvem, de modo geral, a relação homem e sociedade mediante a linguagem e, sob o viés da onomástica, destaca-se a relação entre língua e cultura, contemplando, assim, os estudos do léxico com ênfase nas diversidades regionais.

Sublinhamos, ainda, o trabalho de Ramos (2008) sobre a Toponímia dos municípios baianos. Essa pesquisa demonstra a recorrência no processo de nomeação das cidades, com destaque para as homenagens direcionadas às pessoas públicas do Estado. Ressaltamos que, igualmente, pesquisamos sobre as motivações do léxico toponímico, contudo, não apresentamos um recorte diacrônico para as possíveis mudanças nos designativos das cidades potiguares.

Já o trabalho de Melo (2012) consiste na investigação sobre a formação lexical da Toponímia alagoana e apresenta uma classificação da microrregião do sertão de São Francisco – Alagoas. Observamos, na pesquisa, um recorte léxico-toponímico do estado de Alagoas, e as análises revelam a motivação toponímica de natureza antropocultural de origem latina. Encontramos, portanto, conformidade na proposição dos aspectos motivacionais que influenciam os topônimos dos lugares delimitados nesta obra e divergimos, por não ser objeto de nosso estudo, na busca pelas origens epistemológicas dos topônimos, tema esse que poderá ser abordado em trabalhos futuros como um item que agregará mais valor informativo à presente investigação.

Diante das averiguações materializadas, consideramos esta pesquisa como necessária, uma vez que poderá ampliar o entendimento da comunidade sobre as diversas maneiras de organização das escolhas lexicais no que diz respeito às cidades potiguares e às motivações toponímicas que orientam esse processo de seleção. Outro aspecto que julgamos importante é o fato de o estado do Rio Grande do Norte ainda ser uma área pouco estudada quando se refere às questões das nomenclaturas dos nomes das cidades, e, portanto, acreditamos que esta produção poderá mobilizar elementos inovadores para a compreensão das denominações e instigar outros trabalhos sobre os aspectos lexicais que compõem a região do Rio Grande do Norte.

Os pressupostos teóricos tratados nesta obra indicam as principais características dos conceitos da Semântica Cultural e da Toponímia. Em razão disso, convém destacar que refletimos sobre os aspectos semânticos, por considerarmos que existem resquícios culturais presentes nas significações das denominações das cidades potiguares, assim como inferimos, com base nos preceitos estabelecidos pelos estudiosos da área, que a relação entre o denominador e o espaço geográfico contribui para a recuperação do percurso constitutivo dos nomes.

2.1 Aspectos Semânticos na Interface entre Léxico e Cultura

A Semântica é a área do conhecimento que se propõe a investigar os significados das línguas naturais mobilizados pelo uso das palavras e das sentenças, considerando, nesse caso, os aspectos culturais que, a nosso ver, são fundamentais para a composição dos enunciados linguísticos. À vista disso, é possível dizer que a Semântica Cultural pesquisa a relação entre os significados conferidos ao léxico na inter-relação com os aspectos culturais.

Com base nessas questões, a Semântica Cultural elege como foco de estudos a mobilização de sentidos entre os itens lexicais em interface com os elementos que fazem parte das vivências sociais, históricas e culturais de um povo. Inferimos que o léxico não tem significado próprio, pois os sentidos dependerão do contexto situacional em que cada item lexical está inserido. Sendo assim, a significação está atrelada ao contexto e ao sujeito enunciativo, que, por sua vez, revela uma prática discursiva reconhecida socialmente e partilhada pela comunidade. Nesse caso, ao nos referirmos às questões culturais que permeiam o grupo social, o léxico é o elemento representativo do sistema linguístico reconhecido e partilhado pela comunidade.

Por essa razão, o estudo desses itens lexicais se configura como relevante para compreender o percurso linguístico traçado pela sociedade, já que, por meio das línguas naturais, as relações de linguagem tornam-se, também, elementos culturais. Sob esse viés, o processo de significação, agregado ao uso do léxico, decorre de diferentes extratos culturais que são revelados pela língua, sendo esta considerada um sistema aberto e sujeita a diversas mudanças que podem, entre outros fatores, ser resultado do percurso trilhado pela comunidade.

As relações sociais, que permeiam o indivíduo, permitem a construção da identidade com características próprias, considerando as diferentes práticas de linguagem vivenciadas

pelo sujeito. Dessa forma, é possível, por meio da língua, depreender a historicidade social e cultural de cada pessoa, valorizando as transformações que a linguagem atravessa.

Convém acrescentar, portanto, que as causas denominativas expõem, ou ao menos, evidenciam a imagem realçada nas relações experienciadas pelo povo de uma comunidade, com o intuito de manifestar os traços culturais e geográficos do lugar. As potencialidades de um topônimo são reveladas ao nomear um espaço, que, por sua vez, retrata uma história que não conseguimos compreender apenas mediante a classificação taxionômica. Assim, as causas denominativas adotam os valores e as tradições populares para fundamentar a denominação de um lugar, que, de acordo com Melo (2017, p. 47), “[traduzem] uma noção de identidade cultural, um ambiente identitário construído ao longo do tempo, em que se formou e se materializou na língua”. É na ligação entre o sujeito e o ambiente que se reconstitui o modo de vida de um povo, com destaque para os aspectos motivadores que embasaram a escolha do designativo.

A memória toponímica apontada pelo tempo funciona como fomentadora para a compreensão dos elementos extralinguísticos, tais como: as marcas sociais, físicas e culturais da população que habitava o espaço recém-nomeado. A motivação do nome de um locativo perpassa o léxico e potencializa a identificação individual ou de um grupo social por meio de suas ideologias e crenças.

Podemos compreender a cultura como sendo hábitos e valores herdados que, por sua vez, são repassados socialmente. Esses elementos se configuram como crenças, valores, atividades sociais, que juntos formam uma carga sociocultural significativa. O uso do léxico em consonância com os aspectos da cultura compõe um papel fundamental na sociedade, visto que os indivíduos compartilham histórias em comum e se expressam, revelando princípios e valores nos quais acreditam.

Sobre essa ideia, Duranti (2000, p. 47) revela que “em antropologia, uma cultura são os modelos de conduta aprendida e compartilhada, característicos de uma determinada comunidade”. Diante disso, tomamos por base a noção de que esses modelos de conduta se materializam na e pela língua e, por sua característica dinâmica, os costumes e os valores partilhados pela comunidade são difundidos entre as gerações. Sob essa perspectiva, os sujeitos pertencentes à comunidade poderão realizar as ações de transferir e de ampliar as práticas culturais de um povo por intermédio da linguagem.

Analisando os apontamentos feitos por Duranti (2000), compreendemos que o léxico representa as características culturais de gerações e, por meio dele, o saber adquirido é repassado e preservado, caracterizando, assim, a comunidade linguística. Já a cultura, como

conhecimento de mundo, refere-se à capacidade que o indivíduo expressa de relacionar os costumes, as crenças, a arte, entre outros elementos, ao próprio cotidiano. Destacamos que a cultura também é comunicação, pois para reforçar os valores obtidos de uma comunidade, é necessário que haja a socialização dos valores e dos princípios já adquiridos pelo grupo, com a finalidade de mantê-los presentes na coletividade, evitando o esquecimento despropositado e o apagamento desnecessário desses elementos pelo tempo. Em função disso, consideramos o homem como o mediador dos conhecimentos, utilizando-se de práticas que o auxiliem nesse sistema de participação cultural, para atender, consideravelmente, às necessidades comunicativas de um grupo.

Com relação ao léxico de uma língua, é possível afirmar que este poderá ser ampliado, alterado e, por vezes, poderá cair em desuso, sendo relegado, em alguns períodos históricos, ao esquecimento ou à ressignificação de sentidos. A ação de esquecer a unidade vocabular ocorre quando a comunidade passa a não mais usá-la nas relações de linguagem, quer devido à mudança da realidade nomeada, ou seja, o objeto denominado não existe mais, ou porque foram substituídos por novos vocábulos, uma vez que surgiram outros contextos de uso, provocando possíveis ressignificações das realidades, havendo, assim, a necessidade de um novo vocábulo. Sobre essa ideia de esquecimento, concordamos com Biderman (1978, p. 139), quando afirma: “daí resulta que unidades ou setores completos do Léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer”. Percebemos, então, que apesar de o conhecimento lexical fazer parte de um processo cumulativo, ele também sofre influências do contexto de uso, dos aspectos regionais e das questões que envolvem a sociedade, de modo geral, pois, nas palavras de Antunes (2012, p. 28), “tudo muda; tudo está em processo de definição e de redefinição [...]. Consequentemente, a língua também é instável e variável”.

Com base nesse posicionamento, entendemos que o uso do léxico passa pelo processo de adaptação, considerando o contexto sociocognitivo em que a linguagem acontece. Nessa dinâmica de apropriação, revelam-se aspectos de uma ideia de léxico inesgotável e renovável, ou seja, a concepção de ressignificar não é apenas a de mudar o sentido, mas a de também apresentar outras inúmeras possibilidades de uso.

Cabe destacar que um falante adulto apresenta um repertório lexical significativamente grande, apesar disso, não é a quantidade de vocábulos que denota o nível de conhecimento que o sujeito dispõe sobre o léxico. Como afirmam Villalva e Silvestre (2014, p. 24), “[...] a dimensão individual do conhecimento lexical não diz apenas respeito à quantidade de palavras que cada falante conhece e usa – também há diferenças na qualidade do conhecimento das unidades lexicais”. Diante disso, podemos concluir que o léxico possibilita a compreensão de

como se comporta o falante no contexto discursivo, considerando esse o lugar de preservação das memórias linguístico-culturais.

Nas comunidades linguísticas de que participamos, o sujeito é reconhecido pelo léxico; assim como descreve Antunes (2012), seja pelos aspectos fonéticos e sintáticos, não é difícil reconhecer o lugar de origem do falante e qual a vinculação cultural que indica a sua procedência. Além do mais, as escolhas lexicais constituem uma indicação clara de nossa identidade, visto que o repertório lexical utilizado nas práticas sociais está repleto de significados que conduzem o interlocutor ao contexto vocabular de cada época e ao lugar de origem do sujeito, ou seja, esses itens refletem a organização social à qual a comunidade pertence.

Sendo assim, destacamos que a identidade linguística sofre influências externas e as relações ideológicas de uma comunidade se manifestam com base nas particularidades de cada grupo, pois o indivíduo percebe o mundo de um modo singular, decodificando as ideias por intermédio da linguagem e mobilizando características *sui generis*. O léxico, ao mesmo tempo em que é organizado e amplo, é variável e inconstante, pois está sempre sendo utilizado com vistas à adequação às diferentes situações comunicacionais.

Sob essa perspectiva, elegemos os preceitos da Semântica Cultural como a teoria norteadora do ponto de vista delimitado neste trabalho. Vale ressaltar que língua e cultura estão imbricadas, conforme já preconizam os estudiosos da área, mas é importante o pensamento de que não é porque uma pessoa compartilha um mesmo lugar ou as mesmas expressões linguísticas, que faz parte de uma cultura em comum, ao contrário, como afirma Eagleton (2003, p. 56), somente quando dividem os costumes de linguagem, “como folclore, formas de agir, quadros valorativos”, é que se pode afirmar que um grupo representa uma cultura.

Ademais, é importante destacar que a Semântica Cultural se ocupa do estudo sobre a construção dos elementos culturais de um povo e da língua, em seu contexto de uso, observando os sentidos e a perspectiva da cultura para a formação dos enunciados. Partindo desse entendimento, Ferrarezi Jr. (2013) afirma que a língua natural representa os elementos da organização cultural, influenciando na compreensão das condições culturais. A língua manifesta a nossa interpretação do mundo de acordo com a necessidade de significar e de caracterizar a realidade que nos rodeia.

Cabe ainda acrescentar a ideia de que é mediante a língua que a cultura se materializa. Dito de outro modo, simultaneamente, a língua faz parte da cultura, assim como ajuda no seu desenvolvimento, o que Ferrarezi Jr. (2013, p. 74) chama de “uma relação indissociável”. Desse modo, podemos afirmar que a língua e a cultura estão em um mesmo campo de construção de

sentidos, considerando, nessa perspectiva, ser por meio da língua que o indivíduo expressa os pensamentos que, por sua vez, são transformados pelos aspectos culturais circundantes na comunidade.

Sobre essa questão, vemos que os aspectos semânticos e lexicais nos permitem enveredar pelos caminhos históricos, pelo comportamento e pela organização social de um povo, possibilitando-nos explicar e “refletir a condição paradoxal humana de ser” (ANTUNES, 2012, p. 29). Com base nesse posicionamento, podemos tecer uma história com os fios da língua e da cultura, para, assim, transformarmos o presente com o resgate de um passado em que esses elementos culturais se materializam mediante a reconstrução e a atribuição de novos sentidos. Vale notar que a Semântica Cultural é uma área de estudo que foca na construção dos sentidos, considerando os aspectos locais que circundam o léxico em uso. Por essa razão, podemos compreendê-la como uma área que possibilita a revelação dos traços encontrados nas comunidades, que apresentam uma visão particular das coisas, e que, a nosso ver, esses traços são refletidos na língua como forma de expressão cultural.

Ao recorrermos a essa vertente teórica nesta pesquisa, nosso intuito consiste em compreender a língua por intermédio do léxico, materializado nas práticas de linguagem, e entender como ele interfere na denominação das cidades. Nesse caso, a necessidade de nomear as coisas, mediante a representação cultural, demonstra como os elementos linguístico-culturais são relevantes no processo de atribuição de sentidos a um determinado léxico.

Em suma, após tratar da importância da construção de sentidos na concretização do léxico, seguimos, apresentando algumas abordagens sobre os estudos onomásticos e toponímicos. O destaque da seção consiste em versar sobre os preceitos da Toponímia, as abordagens teóricas sobre sua classificação e como essa área de estudos se materializa nesta obra.

2.2 Caracterização da Onomástica e Toponímia

Conhecida como a ciência dos nomes, a Onomástica tem como objeto de investigação as designações atribuídas aos nomes de lugares (topônimos) e de pessoas (antropônimos). Enquanto o topônimo alude às denominações com base na paisagem geográfica como elemento motivador na construção do nome outorgado ao lugar físico, o antropônimo trata da definição do nome do sujeito, considerando, para isso, as características que o diferenciam e o tornam singular no contexto de uso.

A busca por explicações sobre a natureza dos nomes não é uma ação recente. Temos conhecimento de registros desde os filósofos, com destaque para Platão, que apresenta alguns questionamentos na obra intitulada “Crátilo” na tradução de Nunes (1973), na qual os personagens Sócrates, Hermógenes e Crátilo discutem a questão formulada por Platão: os nomes são uma convenção ou realmente equivalem à coisa nomeada? Diante dessa questão, podemos inferir que os nomes seriam atribuídos aos objetos por alguém que já conhecia a coisa nomeada. Essas denominações consistem em uma espécie de imitação do real, contudo, suporta dois sentidos diferentes nos quais, segundo a discussão realizada na obra, o nome que deve ser considerado é aquele que foi designado por alguém sábio, desse modo, nem todo sujeito pode nomear as coisas e cada denominação tem seu próprio denominador. Entretanto, admitindo-se que tudo se transforma, o ato de nomear chega aos nossos dias como algo que pode ser motivado. Por essa razão, é possível descobrir novas construções e situações, nomeando e ressignificando os objetos do discurso de acordo com as particularidades que circundam o elemento nomeado.

De acordo com Biderman (1998, p. 90), “[o] homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos”. Com essa associação, as palavras tornam-se capazes de explicar, de conceituar e de nomear as coisas, podendo, ainda, essas conceitualizações serem repassadas de geração a geração por meio do léxico. Diante disso, podemos afirmar que o homem realizou uma grande conquista quando relacionou as palavras aos conceitos como um meio de representar o espaço que ocupa.

No que tange ao signo linguístico, na função de topônimo, as modificações nos sentidos do léxico também se constituem como relevantes e necessárias, uma vez que antes se primava pela origem do nome, e não pelas motivações que fundamentam as escolhas por determinadas denominações.

Os estudos da Onomástica, de modo geral, tratam dos nomes pessoais e dos nomes de lugares, como já mencionamos. O que os distingue é o contexto de uso de cada uma dessas expressões. Ou seja, nessa relação de confluência, a cultura da comunidade linguística é quem orienta os critérios que tornam um nome próprio como denominativo de lugar ou o nome individual de pessoa. Sobre essa distinção, Carvalhinhos (2007, p. 304) acrescenta que “estabelecidos como topônimos ou antropônimos, é comum haver a migração de um para outro, com aproveitamento do nome na nova categoria”. Nesse sentido, torna-se comum encontrar nomes de pessoas como denominação de lugares, ou o contrário.

Referindo-se a esse assunto, Biderman (1998, p. 90) esclarece que “as palavras não são meras etiquetas de conceitos já completados e armazenados”. Elas refletem as situações

contextuais em que estão inseridas, sendo, portanto, sujeitas à interação social, além das várias interferências que, por sua vez, permitem ao falante expandir as significações dos itens lexicais. Com relação à representação toponímica, o valor semântico do nome se cristaliza socialmente a ponto de precisarmos recorrer à história que norteia essa denominação para a compreensão do designativo.

Nesse processo de designação, a comunidade mobiliza o uso do léxico como uma maneira eficaz de representação do espaço, nomeia os objetos a partir dos conhecimentos adquiridos sobre o lugar em que vive, revela as semelhanças e, até mesmo, as diferenças existentes nesses espaços. Por esse motivo, o processo de designar possibilita a origem de novos léxicos, com o propósito de representar a nova realidade, oportunizando, assim, o conhecimento da história e da cultura da comunidade. Essa ação atribui, ainda, valores semânticos individualizados e transfere para as representações observadas outras probabilidades de significação, além das consideradas pelo denominador.

Com base nessas questões, consideramos importante a descrição que Dick (2007) apresenta sobre a Onomástica, quando a estudiosa resume as tentativas de contextualização, considerando, para isso, a ideia de socialização e de valorização atribuída pelo sujeito que nomeia. Para Dick (2007, p. 144), a ciência que estuda os nomes configura-se como uma área que “é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população”. Desse modo, acrescentamos que a cultura está, estritamente, imbricada no ato denominativo.

Assim sendo, os traços impressos pela Onomástica em termos de denominação não permitem apenas o conhecimento das coisas, partindo de uma nomenclatura, mas também nos motiva a perceber o mundo pelas cores, formas, tamanhos, adjetivos positivos ou, até mesmo, por nomes desfavoráveis, muitas vezes até incompreendidos pela comunidade.

Constatamos, portanto, que o “batismo” de lugares e as denominações que esses espaços recebem contemplam fatores culturais, linguísticos e motivadores, configurando-se, nesta obra, pelos topônimos. Com relação à Toponímia, essa área de estudos considera, entre outros aspectos, em seu arcabouço, as nuances que circundam os nomes, apreciando as questões que envolvem a coletividade de um povo, as memórias construídas no decorrer da história e as influências lexicais que tanto contribuem para refletir os entornos físicos e sociais que cercam o indivíduo ou o grupo comunitário. Esses elementos são considerados

essenciais, uma vez que a comunidade se torna responsável por apresentar o mais “novo” espaço denominado, recorrendo, para isso, muitas vezes, às suas convicções e emoções coletivas.

A Toponímia é considerada uma disciplina autônoma na contemporaneidade, que teve sua origem na Europa, especialmente na França, em 1878, com os estudos de Auguste Longnon (Colégio de França; *École Pratique des Hautes-Études*). Os alunos desse pesquisador, com base no curso ministrado por ele, organizaram e publicaram, postumamente, após 1912, a obra intitulada *Les noms de lieu de la France*, que se tornou um empreendimento importante e necessário para os estudiosos que investigam questões envolvendo as nomenclaturas dos lugares. Logo após 1922, Dauzat retoma os estudos onomásticos, suspensos após a morte de Longnon, e, em 1938, organiza o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, que contou com a participação de 21 países. Segundo Dick (1992, p. 1-2), podemos sintetizar as determinações realizadas nesse congresso em:

- a) realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; b) organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; c) criação, nos países que não o possuísem, de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; d) sistematização dos processos de pesquisa.

Diante disso, observamos os primeiros passos, em termos de organização dos estudos toponímicos, nos quais regularizar a pesquisa na área significa traçar metas que atendam aos objetivos propostos para o desenvolvimento das investigações. Sendo assim, os estudos toponímicos passaram a estabelecer interfaces com diferentes áreas do conhecimento, como: Antropologia e Arqueologia, Botânica, Geografia e História, Linguística e Psicologia Social, graças à sistematização dos processos referentes à pesquisa.

Contudo, no Brasil, a Toponímia só emerge assim que os portugueses chegam ao país, pois uma das primeiras ações foi a de nomear as coisas de acordo com suas tradições religiosas e/ou culturais. Esse ato de nomeação não considerou a ideia de que nessas terras, os objetos os lugares e os acidentes geográficos já possuíam alguma denominação. O interesse consistia em impor a superioridade de um povo tradicional europeu que estava se apossando do que era “seu”, ignorando, entre muitas coisas, a presença da língua e dos povos indígenas moradores locais.

Sob esse contexto, nas palavras de Carvalhinhos (2007, p. 142), “um universo se descortinava ante seus olhos, e, especificamente no caso do Brasil, o contato interétnico gerou frutos linguísticos para ambos os lados”. Dessa forma, é inegável que a Toponímia no

Brasil está muitas vezes ligada à língua tupi, que uma vez dita, tornava-se fixa e cristalizada. De acordo com a autora, não se pode negar que a circunstância a qual os portugueses encontraram as terras de Santa Cruz foi de um espaço de múltiplas línguas. Diante disso, destacamos que não se trata apenas de uma lista de nomes em outras línguas ou dialetos, mas versa, especialmente, sobre o sentido incumbido aos nomes.

Constatamos, portanto, a partir dos estudos sobre a colonização brasileira, uma variedade linguística em um território ainda pouco conhecido. Logo, a mistura entre esses povos, de modo especial, portugueses e indígenas, possibilitou a ampliação vocabular, provocando a amenização do distanciamento entre eles, embora essa constatação não signifique dizer que houve uma aceitação das línguas já existentes, uma vez que os colonizadores, quando enviavam notícias a Portugal sobre as terras recém-encontradas, sempre atribuíam nomenclaturas de cunho português para a fauna, a flora e até mesmo para o espaço geográfico em si. Essa atitude representa, a nosso ver, a ideia de que esses elementos não foram, ainda, nomeados, ou seja, os colonos chegados no Brasil consideravam-se como os primeiros a “batizarem” as coisas, ignorando totalmente a cultura já existente por essas terras.

Citamos como exemplo disso a Carta de Pero Vaz de Caminha, enviada a Portugal, quando encontraram as terras do Brasil, denominadas, por eles, de Terra de Vera Cruz, a qual diziam ter encontrado em um monte alto, com serras e muitas árvores. Constatamos, nesse trecho, o emprego de designativos europeus à geografia brasileira atribuindo a ela referências de elementos sagrados para os portugueses, impregnados de ideologias religiosas, desconsiderando, totalmente, os topônimos já existentes e atribuídos pelos indígenas.

Dick (1990, p. 20) alerta que o conflito toponímico é uma preocupação de muitos estudiosos da área, pois, segundo a autora, no contexto brasileiro, “alguns especialistas, como Carlos Drummond, tiveram sua atenção voltada para o problema, alertando quanto aos equívocos em que ocorrem aqueles que procuram definir e conceituar a Toponímia apenas por um de seus ângulos de visão, o mais estreito e simplista de todos [...]”.

Vemos que a Toponímia brasileira manifesta, a partir desse momento, uma mistura da língua indígena com a portuguesa, já que essa justaposição do léxico passa a fazer parte do cotidiano vocabular. Carvalhinhos e Antunes (2007) afirmam que, assim, originava-se uma mudança nas denominações das cidades da região Norte, em que a única justificativa seria a ideologia defendida, desde o início, pelos portugueses.

Verificamos que esse processo de evolução lexical faz parte do crescimento de uma comunidade, como afirma Dick (1990, p. 22): “[...] se a Toponímia se situa como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é

o instrumento dessa projeção temporal”. Dito isso, acrescentamos que os acontecimentos históricos, a heterogeneidade linguística e as relações culturais transformaram a conexão entre nome e lugar.

Sobre a aproximação dos topônimos aos objetos ou às coisas nomeadas, à identificação de um lugar e às características culturais que o cercam, Curvelo (2009, p. 47) menciona que “isso acontece porque há uma relação estreita entre os fatores linguísticos e os sócios-culturais”. É, portanto, essa relação que reflete os valores atribuídos à língua e à cultura.

Cabe destacar que, nas palavras Dick (1990, p. 49), pode-se falar em dois tipos de motivações toponímicas. A primeira é a razão que leva o nomeador a escolher um nome entre várias possibilidades de nomeação. E a segunda diz respeito à própria “natureza do produto”, ou seja, relaciona-se aos componentes linguísticos que orientam a escolha nominal. Sobre isso, compartilhamos a ideia de que o propósito do denominador indica uma preferência linguístico- cultural de que ele dispõe. Ou seja, o repertório lexical utilizado parece ser suficiente para o ato denominativo, naquele momento. Por essa razão, é importante o estudo dos topônimos, afinal, é uma forma de resgatar os diversos fatores que influenciam as escolhas lexicais do lugar.

Já com relação aos componentes linguísticos, podemos inferir que esses elementos se referem às técnicas empregadas para a escolha do topônimo no processo de denominação. Dessa forma, há uma necessidade de descobrir uma explicação que justifique a escolha dos nomes. Esse processo de descoberta pode encaminhar o pesquisador, muitas vezes, para uma pesquisa histórica, na tentativa de encontrar indicações que embasam a escolha, visto que o denominativo revela uma função identitária e pode expressar características da coisa nomeada, relacionando- a ao campo das significações, desconstruindo, assim, a ideia do anonimato.

Ressaltamos que as categorias toponímicas propostas por Dick (1990) consistem em facilitar o processo de descoberta dessas motivações. Contudo, é evidente que em um país extenso e repleto de diversidades como o Brasil há, constantemente, a necessidade de novas denominações, por isso, a importância de estudarmos essas transformações mediante a investigação toponímica, ressaltando as taxes existentes e, por que não dizer, procurando ampliar as categorias taxionômicas, na tentativa de encontrar respostas que justifiquem as escolhas, muitas vezes, condicionadas pelos fatores psicológicos e geográficos. Ou seja, a percepção da realidade, observada pelo viés de uma comunidade, de um povo ou pela lente do denominador, pode revelar inúmeras características desse lugar que se deseja denominar. Ademais, tomando por base o sujeito que nomeia, essa escolha também pode se justificar e expressar motivações diferenciadas.

Sob essa perspectiva, no próximo tópico, abordamos a classificação dos topônimos, segundo o modelo taxionômico de Dick (1990).

2.3 Abordagens sobre a Classificação Toponímica

Na tentativa de classificar os topônimos das cidades potiguares e de resgatar os aspectos semânticos e lexicais que influenciam as escolhas, considerando o viés de origem desse surgimento, recorreremos ao modelo taxionômico de Dick (1990). Com base nessa referência, catalogamos as cidades do Rio Grande do Norte e, para o desenvolvimento da seção, detemo-nos, principalmente, em descrever e exemplificar apenas as taxes encontradas neste estudo.

Consideramos que o modelo exposto por Dick (1990) atende aos objetivos traçados nesta obra, atentando, sobretudo, para as necessidades do nosso *corpus*, uma vez que, por se tratar da realidade toponímica brasileira, dialogamos com as classificações propostas pela autora que comportam, também, categorias similares ao nosso estudo. Outro aspecto que justifica essa escolha é o fato de, no ato denominativo, compreendermos a existência da relação entre o ambiente e o sujeito que se revela nos nomes dos lugares.

Sendo assim, os topônimos podem ser analisados a partir do ponto de vista externo, considerando a estrutura física e o espaço de modo geral; ou seja, a natureza geográfica, que predomina no ambiente, e a forma como o léxico se materializa revelam as influências dos aspectos da realidade, podendo expressar, ainda, elementos situacionais vivenciados pela comunidade. Nesse caso, dizemos que as motivações semânticas pertencem à taxionomia de natureza física.

Do ponto de vista interno, consideram-se os elementos que fazem parte da motivação, por exemplo, alguns fatores de ordem histórico-social e temporal, que servem como um importante marcador da língua e da cultura, por ajudar na recuperação das influências designativas, e podem ser caracterizados como marcas sociais da comunidade. Essas marcas, por sua vez, precisam ser interpretadas no próprio espaço comunitário, considerando a história, a cultura partilhada pelo grupo e suas possíveis pluralidades semânticas. Nesse sentido, as motivações de natureza antropocultural são reveladas pelo próprio objeto nomeado.

Pensando nisso, Dick (1990) elabora um modelo taxionômico, como já foi dito, de acordo com a realidade brasileira, seguindo a linha de pesquisa do norte-americano Stewart, que investiga os elementos pertencentes às categorias físicas e antropoculturais que fazem parte

do ato de nomeação. Nesse caso, o destaque consiste em organizar as referências utilizadas pelo nomeador para o “batismo” de um determinado lugar.

Sobre essa pesquisa, Carlos Drumond (1984) fez a seguinte consideração no prefácio do livro *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, de Dick (1990, p. 12): “[...] além de um perfeito entendimento dos aspectos teóricos e modelos taxionômicos aplicados aos nomes de lugares são de primordial importância, pela inexistência de qualquer trabalho semelhante, no Brasil”. Em conformidade com os dizeres do autor, afirmamos que fica evidente a grandeza dos estudos desenvolvidos por Dick e o quão importante e relevante, do ponto de vista científico, eles se tornam para o entendimento das denominações dos lugares.

A pesquisadora definiu vinte e sete (27) taxionomias, sendo onze (11) referentes à natureza física, e dezesseis (16) taxes de natureza antropocultural (DICK, 1990). Dessa forma, fundamentando-nos nessas taxes, podemos avaliar as justificativas que são acionadas para a nomeação dos espaços geográficos norte-rio-grandenses, por meio de uma análise interpretativa dos elementos linguísticos que compõem os topônimos. Entretanto, detemo-nos, somente, nas taxes que são observadas nessa obra.

Assim, verificamos que o Sistema Toponímico Taxionômico de Dick (1990) se encontra organizado “através de uma terminologia técnica, composto do elemento ‘topônimo’ antecedido de um outro elemento genérico, definidor da respectiva classe onomástica” (DICK, 1992, p. 26). Exemplificando, em *zootopônimo*, temos *zoo* que significa animal, acrescido do termo *topônimo*; portanto, dispomos da taxe do zootopônimo. Quando incluímos o nome da cidade, como *município Monte Alegre*, temos: *município* (termo genérico) e *Monte Alegre* (específico). Logo, é possível deduzir quais as motivações semânticas para a escolha da denominação, contudo, optamos por trabalhar apenas o termo específico, ou seja, não utilizamos o termo genérico *município*.

Nesta seção, tratamos apenas das taxionomias que catalogamos em nossa obra, que está organizada da seguinte forma:

a. Taxionomias de natureza física

- **Cardinotopônimo** é uma taxionomia que se relaciona com o posicionamento dos objetos e se refere à localização geográfica da cidade. Podemos tomar como exemplo o nome da cidade, *Oriente - SP*, que, por sua vez, recebeu essa denominação porque à medida que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro fosse sendo instalada, receberia um nome em ordem alfabética.

- **Dimensiotopônimo** estabelece relação com a ideia de altitude, tamanho, profundidade e nos permite caracterizar as dimensões dos espaços geográficos. Apontamos como exemplo a cidade de *Campina Grande - PB*, campo com vegetação herbácea (*Campina*) com grande extensão.
- **Fitotopônimo** reporta aos nomes de espécies da flora brasileira. Nesse caso, retomamos a denominação do estado de *Mato Grosso*, que apresenta, no próprio nome, as características de uma mata exuberante e espessa.
- **Geomorfotopônimo** mantém relação com as formas topográficas, faz referência à formação do relevo, e as suas características físico-geográficas justificam as motivações semânticas para os denominativos, como no caso de *Roraima*. O estado brasileiro recebeu esse topônimo em referência ao *Monte Roraima*, que em *tupi* significa “monte verde”, particularidade compreendida por essa taxa.
- **Hidrotopônimo** revela, especificamente, a valorização do elemento água, por estar relacionado aos acidentes hidrográficos, à aparência da água, ao sabor e às bacias dos rios. Essa categoria taxionômica é considerada pelos pesquisadores muito expressiva, por ser uma das taxionomias que mais suscitam a origem de novos topônimos. Registramos sua materialização mediante o léxico toponímico do estado do *Rio Grande do Norte*, o qual se reporta ao nome do Rio Potengi. Por sua vez, o acréscimo do léxico Norte faz referência ao ponto geográfico em que o estado se encontra, na tentativa de diferenciá-lo do estado com mesmo nome, ao Sul do país.
- **Litotopônimo** é uma taxionomia que evidencia a origem advinda dos minerais e da constituição do solo, ou seja, as riquezas naturais passam a se materializar nos nomes dos lugares. Desde as pedras mais preciosas, como o ouro e a prata, até mesmo a areia e a lama são elementos fundamentais para o ato de nomear. Verificamos, assim, a importância da composição do solo no denominativo de *Minas Gerais*, pelo valor semântico que está, diretamente, relacionado aos minérios encontrados na região. Minas Gerais é uma terra rica em ouro e em tantas outras variedades de minério. A história desse estado brasileiro confunde-se com a exploração da sua grande riqueza mineral.
- **Morfotopônimo** revela em seu sentido as formas geométricas. Essa taxionomia evidencia aspectos da estrutura morfológica no designativo, por exemplo, *Quadra - SP*. Esse nome textualiza o fato de seu denominativo reportar uma peça com formato quadrado. Logo, essa evidência embasa a classificação toponímica.

- **Zootopônimo** revela a presença animal no processo de construção das denominações e se configura como fonte motivadora da toponímia brasileira, pois a fauna é revestida de importância e de inúmeras significações para o Brasil. Assim, a presença física do animal é lembrada, por exemplo, com o nome do estado nordestino *Piauí*, que tem como significado “peixes pintados”. Em vista disso, surgiu o nome do estado brasileiro situado na região Nordeste do país.

b. Taxionomia de natureza antropocultural:

- **Animotopônimo** é relativo à vida psíquica. Esse topônimo se refere a uma atitude emocional de alegria ou de tristeza, sentimento que é acionado no ato de nomear, revelando impressões agradáveis ou não. Dito de outra forma, essa taxa possibilita inferirmos por meio dos aspectos semânticos dos denominativos a identificação do sentimento indicado pelo topônimo. Dargel (2003), ao tratar dessa taxa, apresenta, na pesquisa sobre os topônimos da região do Bolsão Sul-Mato-Grossense, o município de Água Clara – MS, um ribeirão cujo topônimo se materializa por revelar um aspecto agradável em relação ao local denominado, o *Ribeirão Boa Vista*.
- **Antrotopônimo** se refere a nomes individuais de pessoas, ou seja, o nome próprio atribuído a uma pessoa é utilizado como léxico toponímico. Essa taxionomia se materializa na língua pela pretensão de homenagear aqueles que exerceram um papel de destaque na constituição da história local. É uma taxa que resgata a cultura dos povos e as diferentes motivações responsáveis por essas escolhas. Podemos citar a cidade de *João Pessoa - PB*, cujo topônimo é uma homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado em 1930 na cidade do Recife. Inferimos, assim, que as causas denominativas, nesse caso, foram motivadas pelas influências políticas, perpetuando mais um nome na história cultural da comunidade.
- **Axiotopônimo** é relativo ao título de dignidade que acompanha os nomes próprios, sendo que compreendemos por títulos uma denominação de honra que venha enaltecer as qualidades do indivíduo. Dessa forma, apontamos *Coronel João Sá - BA*, topônimo que homenageia o pai do prefeito de Jeremoabo na época.

- **Corotopônimo** é a taxa em que os nomes de cidades, de países, de regiões ou de continentes são referenciados a partir de um denominativo já existente, e é atribuído a um novo lugar o mesmo nome, sendo uma maneira de homenagear, de impor ou de fazer lembrar aspectos semelhantes entre as cidades. Podemos citar, nesse caso, o trabalho de Dargel (2003), em que a autora apresenta, no município de Aparecida do Taboado, o *Córrego Santa Fé* que faz fronteira com a cidade do mesmo nome - Santa Fé do Sul - no estado de São Paulo.
- **Cronotopônimo** resgata as indicações cronológicas, mediante os adjetivos novo/nova, velho/velha. Nesse caso, podemos exemplificar com a denominação de *Nova Olinda - CE*. A cidade é denominada dessa forma pelo fato de existir um município com a mesma denominação, assim o acréscimo do adjetivo faz surgir uma nova cidade.
- **Ecotopônimo** se refere à habitação, de modo geral, que compreende a construção de um espaço com diferentes finalidades, que, por sua vez, é um importante marco denominativo da região. Apontamos a cidade do Nordeste brasileiro, *Fortaleza*. A construção dos Fortes, na região litorânea do Brasil, era uma forma de demarcar e de assegurar o território conquistado pelos portugueses, assim, o Forte de Nossa Senhora da Assunção, posteriormente, chamado de Fortaleza, originou o topônimo da quinta maior cidade do país.
- **Ergotopônimo** estabelece relação com os objetos da cultura material, assim como menciona elementos resultantes da ação humana, como peças de vestuário, por exemplo. Como materialização para essa taxa, podemos citar a cidade de *Canoas - RS*, a qual nos remete uma embarcação leve de pequeno porte.
- **Etnotopônimo** mantém relação com os elementos étnicos, como povos, tribos e castas. Desse modo, podemos citar a tribo indígena denominada de *Manáos*, que habitava a região Norte do país, mais precisamente, a região onde atualmente se localiza a cidade de *Manaus*, cujo topônimo derivou dessa tribo.
- **Dirrematopônimo** é uma taxionomia constituída por frases ou enunciados linguísticos. De acordo com Dargel (2003), no município de Inocência, no estado do Mato Grosso do Sul, encontra-se o *Córrego do Espicha-Couro*, designação de um córrego no município de Paranaíba – MS. Esse topônimo pode simbolizar, entre outros aspectos, mais marcadamente, os elementos da cultura local.
- **Hagiotopônimo** se refere aos nomes de santos e de santas da Igreja Católica, uma alusão antiga, datada desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras.

As pequenas capelas eram erguidas em honra a um santo ou a uma santa, e, posteriormente, essa devoção era um fator motivacional para a denominação das comunidades que se organizavam ao redor das igrejas locais. A exemplo, podemos registrar a cidade de *São Paulo- SP*, denominativo que se originou pelo fato de sua fundação ter ocorrido, justamente, na data em que a Igreja Católica comemora a conversão de São Paulo de Tarso, dia 25 de janeiro de 1554.

- **Hierotopônimo** suscita referência aos nomes sagrados de diferentes crenças, assim como aos locais de culto dessas possíveis religiões. Esses nomes sagrados são aplicados aos lugares, por exemplo, *Espírito Santo*, topônimo que homenageia a terceira pessoa da Santíssima Trindade da Igreja Católica, uma maneira de representação de “Deus em três pessoas” (Pai, Filho e Espírito Santo).
- **Historiotopônimo** estabelece relação com os movimentos de cunho histórico-social, assim como com as datas dos acontecimentos e o envolvimento de seus membros. Para exemplificar, recorreremos mais uma vez a Dargel (2003), quando a estudiosa apresenta a região do Bolsão Sul-Mato-Grossense e identifica o *Córrego Sete de Setembro* no município de Brasilândia; assim, temos uma representação de um fato histórico que relembra a declaração de independência do Brasil.
- **Hodotopônimo** mantém relação com as vias de comunicação, sejam elas rurais, urbanas ou não. Dargel (2003) aponta o *Córrego Passagem Boa*, no município de Aparecida do Taboado, como exemplo para essa taxa.
- **Sociotopônimo** é uma taxionomia que se refere às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro das pessoas de uma comunidade. Em Aparecida do Taboado, na região Sul-Mato-Grossense, a pesquisadora Dargel (2003) cataloga o *Córrego Retiro*. Por se tratar de um ponto de encontro de membros de uma comunidade, o designativo configura os elementos característicos desse topônimo.

Ressaltamos que as categorias apresentadas denotam a importância do espaço geográfico no qual o homem está inserido e, por sua vez, mobilizam as práticas sociais estabelecidas nesta relação. Assim, a partir das classificações propostas pelas taxas, compreendemos as experiências vividas pela comunidade, as características do espaço nomeado e as escolhas lexicais realizadas no processo de nomeação. Nesse sentido, podemos confirmar a possibilidade de se compreender o mapeamento do local e a história de um povo mobilizando as denominações dos lugares.

Com isso, no capítulo seguinte, expomos a metodologia, o modelo toponímico delimitado para esta obra e como se materializa o tratamento dos dados, objeto de investigação.

Capítulo

3

Procedimentos Toponímicos

Neste capítulo, descrevemos a metodologia, com a apresentação de traços históricos do Rio Grande do Norte; em seguida, explicitamos o processo de construção dos dados e, por fim, expomos o tratamento atribuído às informações, considerando os objetivos propostos para este estudo.

3.1 Um Pouco da História do Rio Grande do Norte

Nesta seção, expomos o percurso histórico da constituição do estado do Rio Grande do Norte, apontando a criação e as possíveis motivações para as denominações de algumas das cidades potiguares analisadas no decorrer da obra. Compreendemos que conhecer os aspectos históricos que norteiam os municípios potiguares é indispensável para o entendimento de como essas cidades iniciaram seu povoamento e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento econômico.

Segundo Trindade (2010), após o descobrimento do Brasil, no ano de 1500, Pedro Álvares Cabral enviou cerca de 20 cartas, escritas por Pero Vaz de Caminha, a Dom João III, rei de Portugal, com informações sobre as terras recém-descobertas. Contudo, é em 1501 que Gaspar de Lemos, navegador português, retorna ao Brasil, juntamente com uma expedição exploradora, e atraca no litoral potiguar, mais precisamente, no local onde atualmente se localiza a cidade de Touros. No litoral desse município, fincaram o marco de posse, como uma forma de assegurar as terras encontradas aos portugueses. Com isso, por conta da posição geográfica privilegiada, o Rio Grande do Norte tornou-se o ponto estratégico para o reabastecimento dos navios portugueses, ficando conhecido como “a esquina do Brasil”.

Na época, a Coroa Portuguesa sofria constantes ameaças de outros países que pretendiam usurpar as terras coloniais. Dessa forma, os portugueses decidiram ocupar o litoral do país, dividindo-o em quinze lotes de terras, entregues a doze donatários, evento que marca o início da colonização brasileira, com a divisão do Brasil em capitanias.

De acordo com Trindade (2010), a capitania do Rio Grande, que depois veio a ser o Rio Grande do Norte, foi entregue à responsabilidade do historiador João de Barros, funcionário do governo português, e a Aires da Cunha, fidalgo e famoso lutador, que se sobressaiu nas lutas contra piratas e corsários.

De início, a capitania do Rio Grande não prosperou devido ao contrabando de pau-brasil, realizado por indígenas aliados aos franceses, o que levou ao insucesso da colonização e, conseqüentemente, impediu os portugueses de firmarem moradia na capitania. Os filhos de João de Barros tentaram repovoar a região potiguar, porém foram novamente rejeitados pelos nativos. João de Barros morreu em 1570, e os herdeiros da capitania renunciaram ao desejo de ocupar as terras do Rio Grande.

Anos depois, o filho de João de Barros escreve para o rei de Portugal, descrevendo a necessidade de tentar, novamente, a posse da capitania, já que as terras eram as mais próximas do reino, o que facilitava a comercialização e o desembarque dos portugueses. Contudo, o território do Rio Grande esteve sob o poder dos franceses por muitos anos e, devido à redução dos envolvidos no processo de posse das terras e também ao respeito pela Coroa Francesa, o rei de Portugal acabou desistindo da luta pela capitania.

Em 1578, com a morte de Dom Sebastião, rei de Portugal, o cardeal Dom Henrique, seu tio-avô, sucedeu ao trono, mas por um curto período de tempo, falecendo dois anos depois. Como não havia mais sucessores ao trono, Portugal passou a ser dominado pelos espanhóis.

Em 1597, uma nova expedição portuguesa, comandada por Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque, vem ao território brasileiro para expulsar os franceses e retomar a capitania do Rio Grande. Novamente os nativos resistiram à dominação de Portugal, mas, dessa vez, perderam a batalha. A partir disso, deu-se início à construção de um monumento, constituído de grandes muralhas, cujo objetivo era abrigar os portugueses e protegê-los dos ataques indígenas. Esse monumento, denominado Fortaleza dos Reis, foi construído de forma precária, inicialmente, mas, em 1628 passa por uma reforma e torna-se o local do início do povoamento da chamada Cidade dos Reis.

Nesse contexto de assenhramento do território potiguar, surge a cidade de Natal, cuja denominação deve-se ao fato de que a sua fundação ocorreu em 25 de dezembro de 1599, data

da comemoração do Natal cristão. A cidade, posteriormente, viria a ser a capital do Rio Grande do Norte. Natal crescia a passos lentos e era desprovida de desenvolvimento econômico. As poucas famílias que viviam no local não tinham posses e sobreviviam do trabalho na roça. No entanto, a cidade chamava atenção por ser um ponto estratégico que servia para defender o território e para receber as cargas advindas de Portugal.

A paz ainda não reinava por essas terras e, em 1633, o território potiguar foi tomado pelos holandeses que, com a ajuda dos indígenas, desenvolveram a região com a exploração de sal, o plantio de cana-de-açúcar e a criação de gado. A ocupação holandesa também foi marcada por um massacre ocorrido em 1645, nos engenhos de Uruçu e Cunhaú. O grupo liderado pelo alemão Jacob Rabbi, que estava a serviço dos holandeses e acompanhado por tropas indígenas da tribo Tapuias, assassinou cerca de 150 pessoas, com requintes de crueldade.

A apropriação do território do Rio Grande durou duas décadas de muita luta. Somente em 1654, os holandeses foram expulsos sob forte resistência indígena. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, começa a missão de expandir a povoação para o interior na busca por terras para a criação de gado. A partir desse novo momento vivido pelos potiguares, dá-se início à criação das vilas, o que ajudou no processo de organização social da província do Rio Grande.

As duas primeiras vilas criadas foram Extremoz e Arês, cuja denominação é uma homenagem às cidades portuguesas da Vila de Alentejo. A instituição dessas vilas estava diretamente ligada ao doutrinamento da religião cristã, em que os moradores eram convidados a participar de uma celebração, com ritual oficial do governo colonial, e seguir, rigorosamente, as ordens reais. Isso também era aplicado aos índios, pois mesmo sendo considerados livres, estavam diretamente presos às condições impostas por Portugal, como, por exemplo, mandar os filhos para a escola das vilas e frequentar as missas.

Dando, ainda, sequência à formação de novas vilas, no ano de 1761, e seguindo o mesmo formato de organização ocupacional, a vila de Portalegre foi oficialmente criada. A denominação do lugar não fugiu às das demais vilas, sendo, também, uma homenagem às terras portuguesas. Mas a vila de São José do Rio Grande, atualmente, São José do Mipibu, foi dispensada de homenagear as vilas do Alentejo em Portugal. Dessa vez, homenageia um filho ilustre, o príncipe português que nascera três meses antes da criação da vila. Sob o comando do Juiz de Fora Castelo Branco, a última vila foi instituída, denominada de Vila Flor. O nome é uma homenagem a um distrito de Bragança, em Portugal. Por ser subordinada a Pernambuco, a capitania do Rio Grande tinha todos os direitos assistidos por esse governo.

No século XVIII, houve grande desenvolvimento no processo de colonização do interior, assim como em todo o território. Antes era apenas a cidade de Natal, agora o Rio Grande conta com o surgimento das localidades de Portalegre e Nossa Senhora dos Prazeres, no sertão, e com Extremoz, Nísia Floresta, São José do Rio Grande, Arês e Vila Flor, na área litorânea. Além disso, ainda contava com várias povoações, começando, assim, uma organização político-administrativa.

É apenas no século XIX que a capitania do Rio Grande ganha o denominativo atual Rio Grande do Norte. O acréscimo “do Norte” era para diferenciá-la do Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do país. Com uma cidade (Natal) e sete vilas, a capitania já ganhava contornos territoriais mais avançados. Esse crescimento não se deu em ambiente de paz, pois muitas foram as batalhas travadas entre índios e brancos. Retirar os povos indígenas de suas origens e impor-lhes outra cultura e a mudança do ambiente em que viviam resultou em uma luta sangrenta.

Mesmo com a imposição da cultura portuguesa, da francesa e da holandesa, o Rio Grande do Norte conta com uma forte presença da cultura indígena, um povo que trabalhou para o desenvolvimento local, mesmo sendo obrigado a servir a outras nações. Foram os indígenas que nos apresentaram com a denominação potiguar.

Na luta pela sobrevivência, os indígenas tinham direitos apenas no papel, já que perderam a liberdade, com a permissão de irem fiscalizados a duras penas. Viveram para lutar e para manter os costumes de um povo que sofreu para conservar um pedaço de terra, fugir das perseguições, resistir às transferências e, sobretudo, para não se deixar vencer por outra cultura, tentando preservar, acima de tudo, os hábitos de uma linhagem que atravessava gerações.

Os índios potiguares não cessaram em defender essas terras e combater com presteza todos os que tentavam oprimir a cultura do seu povo. Aliaram-se às nações que respeitaram os limites de imposição cultural, assim como os interesses dos aldeados. O território potiguar cresceu e o preço do desenvolvimento foi a redução expressiva da população indígena, que viu o fortalecimento de um novo povo, mas nem todos puderam ver a pluralização cultural que tomou conta desse lugar.

De acordo com Teixeira (2017), nos anos de 1890 a 1950, o Rio Grande do Norte contava com dezoito municípios. O crescimento da população e das cidades potiguares aconteceu de forma lenta e, somente no século XX, verificou-se um grande impulso populacional na região.

Segundo o IBGE Cidades, atualmente, o Rio Grande do Norte é constituído de 167 municípios, em uma área de 52.811,107 km². Conta com uma divisão por mesorregiões, a saber: Central Potiguar, Leste Potiguar, Agreste Potiguar e Oeste Potiguar. Dessa forma, facilita a compreensão do desenvolvimento econômico e social do estado.

Assim, finalizamos o percurso histórico da formação do estado do Rio Grande do Norte. Na seção seguinte, descrevemos o passo a passo da construção dos dados, com informações do último censo do IBGE, ocorrido em 2010.

3.2 Processo De Construção Dos Dados

Nesta seção, apresentamos como está organizada a presente obra, expomos o *corpus* selecionado, como foi realizada a coleta e o modo como tratamos os dados. Convém destacar que para realizar o estudo toponímico é necessário ao pesquisador a realização do levantamento de informações sobre a região estudada, que, por sua vez, possibilita contar e recontar sua história, assim como o fizemos na seção anterior. Dessa forma, com a organização prévia desses dados e com o planejamento, intentamos alcançar os objetivos traçados para a realização dessa investigação.

Esta obra se constitui em um estudo com abordagens da Semântica Cultural e da Toponímia, visto que analisamos as motivações lexicais viabilizadas nas denominações das cidades potiguares. Assim, o presente estudo se caracteriza de natureza qualitativa, uma vez que explora os fenômenos sociais no momento em que ocorrem, procurando interpretar e atribuir significados aos resultados encontrados.

Destacamos que os procedimentos empregados para a coleta do *corpus* consistem na investigação indireta da documentação para compor as informações sobre os históricos das cidades, suas denominações toponímicas ou mesmo seu surgimento (datas, processos de criação planejados ou espontâneos). Sendo assim, vimos que não há documentação específica para que, dentre outras determinações, fossem apresentadas as normas para a nomeação dos logradouros municipais.

Esta obra se baseia nos dados evidenciados no *site* oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de modo específico, o IBGE Cidades, que é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, responsável, também, pelos dados dos indicadores sociais, servindo, assim, como referência para todo o país. O banco de dados é constituído de informações como: mapas, lista dos nomes das cidades, total de habitantes, fatos históricos e panorama dos municípios.

Aproveitamos esta seção para textualizar um breve comentário sobre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e destacamos que esse foi fundado em 11 de maio de 1973, por meio da Lei nº 5.878, com o objetivo básico de assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica, considerados elementos necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Brasil.

Diante disso, iniciamos esta obra observando os dados identificados no *site* do IBGE Cidades; catalogamos os municípios que compõem o estado do Rio Grande do Norte e, em seguida, realizamos a classificação toponímica das cidades. O Rio Grande do Norte, por apresentar uma diferente e complexa diversidade regional, recebeu diferentes divisões a depender: i) da paisagem geográfica; ii) das zonas fisiográficas: aspectos físicos, humanos e econômicos; iii) das zonas econômicas: atividades econômicas no território, microrregiões homogêneas; iv) das zonas homogêneas: aspectos naturais e econômicos; v) das mesorregiões geográficas. Essa divisão é realizada pelo IBGE, desde 1989, para facilitar o entendimento sobre as diversas formas geográficas dos municípios, considerando as características físicas, humanas e econômicas.

Atualmente, o estado do RN é constituído por 167 municípios, que estão divididos em quatro mesorregiões, as quais foram divididas em quatro grandes áreas, partindo dos critérios citados anteriormente. A divisão realizada pelo IBGE, na década de 1980, classifica-se em: i) a mesorregião Leste Potiguar (25 cidades); ii) Oeste Potiguar (62 cidades); iii) Agreste Potiguar (43 cidades) e iv) Central Potiguar (37 cidades). Diante disso, para atingir o objetivo desta obra, catalogamos todas as cidades, com o objetivo de realizar um resgate pela história denominativa, e com base na quantidade de habitantes de cada uma delas. Para facilitar e melhor desenvolver este estudo, seguimos a divisão dos municípios por mesorregião, de acordo com o IBGE. A figura a seguir revela a divisão das mesorregiões potiguares.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Norte dividido em quatro mesorregiões



Fonte: <https://docente.ifrn.edu.br/ednardogoncalves/regionalizacoes-do-espaco-potiguar>

Ressaltamos que é no espaço geográfico que se desenvolvem as relações sociais, e delimitá-lo é primordial para verificarmos os elementos motivadores da economia, da política e da cultura de cada lugar. São esses aspectos que tornam distinta cada mesorregião. Vimos que a divisão do território potiguar foi influenciada por fatores socioeconômicos que, por sua vez, determinam o desenvolvimento de cada mesorregião.

Sendo assim, apresentamos os municípios selecionados, com destaque para as suas respectivas mesorregiões e o número de habitantes. Vejamos, a seguir:

Quadro 1 - Cidades e número de habitantes por mesorregiões potiguares

Mesorregião do Oeste Potiguar	
Municípios	Habitantes
Areia Branca	25.315 hab.
Baraúna	24.182 hab.
Grossos	9.393 hab.
Mossoró	259.815 hab.
Serra do Mel	10.287 hab.
Tibau	3.687 hab.
Apodi	34.763 hab.
Caraúbas	19.576 hab.
Felipe Guerra	5.734 hab.
Governador Dix-Sept Rosado	12.375 hab.
Campo Grande	9.289 hab.
Janduís	5.345 hab.
Messias Targino	4.188 hab.
Paraú	3.859 hab.
Triunfo Potiguar	3.368 hab.
Upanema	12.992 hab.
Alto do Rodrigues	12.305 hab.
Açu	53.227 hab.
Carnaubais	9.762 hab.
Ipanguaçu	13.856 hab.
Itajá	6.932 hab.
Jucurutu	17.692 hab.
Pendências	13.432 hab.
Porto do Mangue	5.217 hab.
São Rafael	8.111 hab.
Água Nova	2.980 hab.
Coronel João Pessoa	4.772 hab.
Doutor Severiano	6.492 hab.
Encanto	5.231 hab.
Luís Gomes	9.610 hab.
Major Sales	3.536 hab.
Riacho de Santana	4.156 hab.
São Miguel	22.157 hab.
Venha-Ver	3.821 hab.
Alexandria	13.507 hab.
Francisco Dantas	2.874 hab.
Itaú	5.564 hab.
José da Penha	5.868 hab.
Marcelino Vieira	8.265 hab.
Paraná	3.952 hab.
Pau dos Ferros	27.745 hab.
Pilões	3.453 hab.

Portalegre	7.320 hab.
Rafael Fernandes	4.692 hab.
Riacho da Cruz	3.165 hab.
Rodolfo Fernandes	4.418 hab.
São Francisco do Oeste	3.874 hab.
Severiano Melo	5.752 hab.
Taboleiro Grande	2.317 hab.
Tenente Ananias	9.883 hab.
Viçosa	1.618 hab.
Almino Afonso	4.871 hab.
Antônio Martins	6.907 hab.
Frutuoso Gomes	4.233 hab.
João Dias	2.601 hab.
Lucrecia	3.633 hab.
Martins	8.218 hab.
Olho D'Água dos Borges	4.295 hab.
Patu	11.964 hab.
Rafael Godeiro	3.063 hab.
Serrinha dos Pintos	4.540 hab.
Umarizal	10.659 hab.
Mesorregião Central Potiguar	
Municípios	Habitantes
Caiçara do Norte	6.016 hab.
Galinhas	2.159 hab.
Guamaré	12.404 hab.
Macau	28.954 hab.
São Bento do Norte	2.975 hab.
Afonso Bezerra	10.844 hab.
Angicos	11.549 hab.
Caiçara do Rio do Vento	3.308 hab.
Fernando Pedroza	2.854 hab.
Jardim de Angicos	2.607 hab.
Lajes	10.381 hab.
Pedra Preta	2.590 hab.
Pedro Avelino	7.171 hab.
Bodó	2.425 hab.
Cerro Corá	10.916 hab.
Florânia	8.959 hab.
Lagoa Nova	13.983 hab.
Santana do Matos	13.809 hab.
São Vicente	6.028 hab.
Tenente Laurentino Cruz	5.406 hab.
Caicó	62.709 hab.
Ipueira	2.077 hab.
Jardim de Piranhas	13.506 hab.
São Fernando	3.401 hab.

São João do Sabugi	5.922 hab.
Serra Negra do Norte	7.770 hab.
Timbaúba dos Batistas	2.295 hab.
Acari	11.035 hab.
Carnaúbas dos Dantas	7.429 hab.
Cruzeta	7.967 hab.
Currais Novos	42.652 hab.
Equador	5.822 hab.
Jardim do Seridó	12.113 hab.
Ouro Branco	4.699 hab.
Parelhas	20.354 hab.
Santana do Seridó	2.526 hab.
São José do Seridó	4.231 hab.
Mesorregião do Agreste Potiguar	
Municípios	Habitantes
Bento Fernandes	5.113 hab.
Jandaíra	6.801 hab.
João Câmara	32.227 hab.
Parazinho	4.845 hab.
Poço Branco	13.949 hab.
Barcelona	3.950 hab.
Campo Redondo	10.266 hab.
Coronel Ezequiel	5.405 hab.
Jaçanã	7.925 hab.
Japi	5.522 hab.
Lagoa dos Velhos	2.688 hab.
Lajes Pintadas	4.612 hab.
Monte das Gameleiras	2.261 hab.
Ruy Barbosa	3.595 hab.
Santa Cruz	35.797 hab.
São Bento do Trairí	3.905 hab.
São José do Campestre	12.356 hab.
São Tomé	10.827 hab.
Serra de São Bento	5.743 hab.
Sítio Novo	5.020 hab.
Tangará	14.175 hab.
Januário Cicco	9.011 hab.
Bom Jesus	9.440 hab.
Brejinho	11.577 hab.
Ielmo Marinho	12.171 hab.
Jundiá	3.582 hab.
Lagoa d'Anta	6.227 hab.
Lagoa de Pedras	6.989 hab.
Lagoa Salgada	7.564 hab.
Monte Alegre	20.685 hab.
Nova Cruz	35.490 hab.

Passa-e-Fica	11.100 hab.
Passagem	2.895 hab.
Riachuelo	7.067 hab.
Santa Maria	4.762 hab.
Santo Antônio	22.216 hab.
São Paulo do Potengi	15.843 hab.
São Pedro	6.235 hab.
Senador Elói de Souza	5.637 hab.
Serra Caiada	8.768 hab.
Serrinha	6.581 hab.
Várzea	5.236 hab.
Vera Cruz	10.719 hab.
Mesorregião do Leste Potiguar	
Municípios	Habitantes
Maxaranguape	10.441 hab.
Pedra Grande	3.521 hab.
Pureza	8.424 hab.
Rio do Fogo	10.059 hab.
São Miguel do Gostoso	8.670 hab.
Taipu	11.836 hab.
Touros	31.089 hab.
Ceará-Mirim	68.141 hab.
Macaíba	69.467 hab.
Nísia Floresta	23.784 hab.
São Gonçalo do Amarante	87.668 hab.
São José do Mipibu	39.776 hab.
Extremoz	24.569 hab.
Natal	803.739 hab.
Parnamirim	202.456 hab.
Arês	12.924 hab.
Baía Formosa	8.573 hab.
Canguaretama	30.916 hab.
Espírito Santo	10.475 hab.
Goianinha	22.481 hab.
Montanhas	11.413 hab.
Pedro Velho	14.114 hab.
Senador Georgino Avelino	3.924 hab.
Tibau do Sul	11.385 hab.
Vila Flor	2.872 hab.

Fonte: IBGE (2010) sistematizado pelas autoras

Diante do Quadro 1, acentuamos que todos os municípios potiguares foram catalogados, sendo sessenta e duas (62) cidades na mesorregião Oeste Potiguar; trinta e sete (37) na mesorregião Central Potiguar; quarenta e três (43) cidades na mesorregião Agreste Potiguar e vinte e cinco (25) na mesorregião Leste Potiguar. Esses dados são registrados com base nas

informações que contemplam os municípios, com seus respectivos números de habitantes, o que facilita, a nosso ver, a leitura dos dados e o entendimento do *corpus* de estudos. Em seguida, expomos de que maneira tratamos os dados para a realização da investigação.

3.3 Tratamento Dos Dados

Por meio do *corpus* desta obra, analisamos os topônimos das cidades potiguares, com destaque para as informações sobre cada cidade registradas em fichas lexicográfico-toponímicas, uma adaptação das pesquisadoras, com base na ficha elaborada por Curvelo (2014). Assim, abordamos os dados de forma interpretativista, pois procuramos identificar as histórias que influenciaram as denominações das cidades potiguares. Dessa forma, os topônimos são apresentados em fichas, conforme destacado, porque acreditamos que esta é a melhor forma de o leitor visualizar as informações e de interpretar os dados expostos.

As fichas contêm os seguintes dados: (i) a mesorregião que trata do local onde se encontram as cidades pesquisadas, com a subdivisão no estado; (ii) o topônimo que diz respeito ao nome do lugar propriamente dito; (iii) a taxionomia, que pode ser de natureza física ou antropocultural e permite analisar e especificar os topônimos de cada cidade pesquisada e, por fim, (iv) a nota histórica que consiste nas informações explicativas para os fatos históricos, políticos e sociais que motivam, a nosso ver, as escolhas toponímicas das cidades potiguares.

Ressaltamos ainda que, com base na divisão apresentada em Dick (1990), a autora utiliza o Termo Genérico (TG) que se refere ao acidente designado, ou seja, define a classe onomástica. No caso desta pesquisa, temos como TG – *Município*. Já o Termo Específico (TE) é mais subjetivo e consiste nas atribuições realizadas pelo homem ou, como afirma Dick (1990, p. 72), é a “projeção de circunstâncias externas que descreveriam o acidente indiretamente, isto é, não mais pela sua natureza intrínseca, e sim, pelos fatos extrínsecos indicativos [...]”. No primeiro caso, o nome resultante seria um ‘descritivo puro’ e, no segundo, um ‘descritivo associativo’”. Diante disso, exemplificamos, por meio da junção (TG) *Município* + (TE) *Passa e Fica* = Município de Passa e Fica. Contudo, o TE pode ser formado por mais de um constituinte. Nesse caso, mesmo sendo um termo composto, continuará o TE como motivação principal, já que se relaciona a qualidades, sejam elas positivas ou negativas, das irregularidades geográficas constatadas pelo denominador.

Vale destacar que, na obra desenvolvida, abordamos apenas o Termo Específico, por considerarmos o objeto principal. Segundo Dick (1990), as adversidades de fatores, sejam

individuais ou culturais, recobrem as escolhas lexicais realizadas pelo indivíduo que representa, senão em sua totalidade, uma parte considerável do pensamento coletivo.

Quadro 2 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Mesorregião	
Topônimo	
Taxionomia	
Nota histórica	

Fonte: Autoria própria

O Quadro 2 retrata as informações necessárias ao entendimento dos dados apresentados. Acreditamos que a exposição dos elementos caracterizadores de cada lugar revela as especificidades sobre o léxico toponímico. Esta obra identifica como as unidades administrativas surgiram, se através da influência de algum nome importante da época ou por questões geográficas, culturais, religiosas. Os traços evidenciados nos mostram as especificidades lexicais de cada lugar.

Na sequência, apresentamos o modelo taxionômico proposto por Dick (1990). Essa classificação se divide em Taxionomia de Natureza Física relacionada ao ambiente geográfico, materializada pelas onze taxes (11), e a de Natureza Antropocultural, a qual se refere aos aspectos histórico-sociais, contabilizando ao todo dezesseis taxes (16).




3.4 Modelo De Classificação Toponímica

A classificação proposta por Dick é elaborada com base na distribuição do topônimo em duas categorias, a física e a antropocultural, e mediante essas taxionomias são identificadas as especificidades do topônimo, que, por sua vez, apresentam a terminologia constituída do elemento topônimo, precedido de um outro elemento genérico, determinante para a classificação onomástica (DICK, 1990). Dessa forma, essa proposição permite-nos entender como o ato de nomeação de um lugar acontece e quais elementos semânticos são determinantes para a construção do signo toponímico.

Apresentamos o quadro com as taxionomias observadas por Dick (1990), incluindo nessa exposição aspectos da realidade brasileira e a classificação toponímica com as exemplificações dessas denominações. Sendo assim, expomos, a seguir, a amostragem das

categorias estudadas com o acréscimo de informações adicionais, na tentativa de situar melhor o leitor com relação à classificação das taxes.

Quadro 3 - Taxionomias toponímicas

Taxionomia de Natureza Física		
Classificação	Significados	Informações adicionais
Astrotopônimos	<p>Nomes de corpos celestes.</p> <p>Exemplo: Cruzeiro do Sul (AC)</p>	 <p>Constelação localizada no céu meridional em uma porção brilhante da Via Láctea.¹</p>
Cardinotopônimos	<p>Posições geográficas.</p> <p>Exemplo: Sítio do Meio (comunidade do estado da Bahia)</p>	 <p>Povoado do Município de EntreRios, norte da Bahia, a cerca de cento e cinquenta quilômetros de Salvador.²</p>
Cromotopônimos	<p>Cores.</p> <p>Exemplo: Vermelho Novo (MG)</p>	 <p>O nome Vermelho Novo é derivado das águas do rio que corta a cidade.³</p>

¹ <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/cruzeiro-sul.htm>

² <https://www.google.com/maps/place/Sítio+do+Meio+-+Entre+Rios,+BA,+48180-000/@-11.9559195,-38.1753682,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipNZy6VliOpZakORunbkVputca6n3R5MJb6I6Ju8!2e10!3e12!6shttps:%2F%2F5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNZy6VliOpZakORunbkVputca6n3R5MJb6I6Ju8%3Dw203-h152-k-no!7i4632!8i3474!4m5!3m4!1s0x716cd0dc3b10acb:0x4b4cac8d6448b202!8m2!3d-11.9559195!4d8.1753682>

³ https://www.google.com/search?q=vermelho+novo+mg+mapa&sxsrf=AOaemvIgLtV8IECIHUZgaRGuJS_YZPMtAg:1630483238712&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjnkYWyp93yAhVHhpZUCHa2CBgQ_Q_AUoA3oECAEQBQ&biw=1366&bih=657#imgrc=UJhcWjGTqZmVyM&imgdii=xzpTzmnw1M_QM

<p>Dimensiotopônimos</p>	<p>Características do próprio acidente geográfico: altura, extensão, etc.</p> <p>Exemplo: Alto Santo (CE)</p>	 <p>Cidade do estado nordestino do Ceará.⁴</p>
<p>Fitotopônimos</p>	<p>Vegetação terrestre.</p> <p>Exemplo: Juremal (RN)</p>	 <p>Juremal é uma árvore típica da caatinga.⁵</p>
<p>Geomorfotopônimos</p>	<p>Formas de relevo terrestre (elevações ou depressões).</p> <p>Exemplo: Baturité (CE)</p>	 <p>Baturité, em tupi-guarani, significa “monte verdadeiro”.⁶</p>
<p>Hidrotopônimos</p>	<p>Acidentes hidrográficos.</p> <p>Exemplo: Iguatu (CE)</p>	 <p>Iguatu, em tupi-guarani, significa “Água Boa”.⁷</p>
<p>Litotopônimos</p>	<p>De caráter mineral, relaciona-se à estrutura dos solos ou dos terrenos.</p> <p>Exemplo: Pedra Branca (CE)</p>	 <p>Referência a uma pedra muito alva, grande e de pouca altura.⁸</p>




⁴ <https://tvj1.com.br/regional/fotos/1088.html>

⁵ <https://focadoemvoce.com/jurema-preta-planta-do-sertao-em-video/>

⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Maci%C3%A7o_de_Baturit%C3%A9

⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alto_do_Juca,_Iguatu_-_CE,_Brazil_-_panoramio.jpg




⁸ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/monsenhor-tabosa-pedra-branca-e-salitre-tem-situacao-de-emergencia-decretada-por-causa-da-seca-1.2952132>

<p>Meteorotopônimos</p>	<p>Fenômenos atmosféricos.</p> <p>Exemplo: Aracati (CE)</p>	 <p>Aracati significa “vento ou rajada forte ou vento que cheira”.⁹</p>
<p>Morfotopônimos</p>	<p>Morfologia geométrica.</p> <p>Exemplo: Portão (RS)</p>	 <p>Construído um portão junto à margem esquerda do Arroio Correa, divisa natural com o Rincão do Cascalho, bloqueando a estrada.¹⁰</p>
<p>Zootopônimos</p>	<p>Nomes de animais.</p> <p>Exemplo: Canindé (CE)</p>	 <p>Ave conhecida como Arara-Canindé.¹¹</p>

⁹ <https://www.vemtambem.com/category/destinos/ceara/aracati/>

¹⁰ <http://www.portao.rs.gov.br/institucional/7/historia-do-municipio>

¹¹ <https://aminoapps.com/c/mundo-animal-pt-br/page/blog/arara-caninde/844LmNumuvwW1z0XoNjnP6G3o8nQJ6Eq>

Taxionomia de Natureza Antropocultural		
Classificação	Significados	Informações adicionais
Animotopônimos	Vida psíquica e cultura espiritual. Exemplo: Boa Vista (RR)	 Por apresentar uma bela visão vista do alto, recebeu esse topônimo. ¹²
Antrotopônimos	Nomes próprios. Exemplo: Farias Brito (CE)	 Homenagem ao filósofo Raimundo de Farias Brito. Antigamente o município era chamado de Quixará. ¹³
Axiotopônimos	Títulos de dignidade que acompanham os nomes de pessoas. Exemplo: Senador Sá (CE)	 Em homenagem ao Senador Francisco Sá, mineiro de nascimento, mas de influência na política do Ceará. ¹⁴

12 <https://amazonasatual.com.br/pacientes-com-covid-19-em-roraima-poderao-ser-tratados-em-manaus/>

13 <http://www.famososquepartiram.com/2011/07/farias-brito.html>




14 <https://www.correiosenadorsaense.com/2016/11/historia-porque-senador-sa-se-chama.html?sref=fb>

<p>Corotopônimos</p>	<p>Recuperação de nomes de cidades, países, regiões, continente.</p> <p>Exemplo: Brasil Novo (PA)</p>	 <p>Brasil Novo era uma Agropólis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária– INCRA, (sede administrativa e de apoio à colonização). Com o fim da ditadura militar e a volta da democracia, o Pará criou novos municípios no início dos anos 90.¹⁵</p>
<p>Cronotopônimos</p>	<p>Elementos do tempo.</p> <p>Exemplo: Nova Olinda (PB)</p>	 <p>Uma referência à cidade de Olinda, no Recife.¹⁶</p>
<p>Dirrematopônimos</p>	<p>Frases ou enunciados linguísticos.</p> <p>Exemplo: Não-Me-Toque (RS)</p>	 <p>Há duas versões para o topônimo Não-Me-Toque: uma que se trata de uma planta, e outra que diz ser um nome de uma antiga fazenda.¹⁷</p>

15 <https://www.policiacivil.pa.gov.br/pol%C3%ADcia-civil-prende-acusado-de-arrombar-ponto-comercial-em-brasil-novo>

16 <https://www.correiosenadorsaense.com/2016/11/historia-porque-senador-sa-se-chama.html?sref=fb>

17 <https://www.facebook.com/581044541939762/posts/3399451126765742/>

<p>Ecotopônimos</p>	<p>Habitação de modo geral.</p> <p>Exemplo: Mucambo (CE)</p>	 <p>Mucambo ou mocambo, palhoça ou tejupar são denominações dadas a moradias construídas artesanalmente, muitas vezes de frágil constituição.¹⁸</p>
<p>Ergotopônimos</p>	<p>Elementos da cultura.</p> <p>Exemplo: Tarrafas (CE)</p>	 <p>A cidade recebeu esse topônimo devido à profundidade das águas do poço. A rede de pescar (conhecida como tarrafa) ficou presa no fundo do poço. Daí então os habitantes da redondeza ficaram chamando de “poço da tarrafa”, originando o nome de Tarrafas.¹⁹</p>
<p>Etnotopônimos</p>	<p>Elementos étnicos isolados.</p> <p>Exemplo: Tapeba (lagoa situada na cidade de Caucaia - CE)</p>	 <p>É o nome de uma lagoa e de um riacho periódico - afluente da Lagoa da Barra Nova (ou do Poço) - da área rural do distrito da sede do município de Caucaia, na proximidade dos quais moram famílias Tapeba, numa área onde a sua presença é majoritária.²⁰</p>

18 <https://educalingo.com/pt/dic-pt/mocambo>

19 <https://www.youtube.com/watch?v=RYhmD-eS5pU>

20 <http://www.gazetadocariri.com/2019/01/indigenas-cearenses-revelam-preocupacao.html>

<p>Hagiotopônimos</p>	<p>Santos do hagiológico romano.</p> <p>Exemplo: Santa Quitéria (CE)</p>	 <p>A Povoação tinha o nome de Cascavel. Após a construção da igreja dedicada a Santa Quitéria, a povoação ganhou o mesmo nome.²¹</p>
<p>Hierotopônimos</p>	<p>Nomes sagrados.</p> <p>Exemplo: Pentecostes (CE)</p>	 <p>A primeira missa foi celebrada no domingo de Pentecoste de 1864. Esse fato singular da vida cristã naquela incipiente comunidade marcaria o início de sua emancipação, além de lhe conferir a bela denominação – Pentecoste.²²</p>
<p>Historiotopônimos</p>	<p>Movimentos de cunho histórico-social, com ênfase nos seus membros ou participantes.</p> <p>Exemplo: Independência (CE)</p>	 <p>Movimento de cunho social que proclamou a independência do Brasil em relação a Portugal.²³</p>

²¹ <https://www.colegioweb.com.br/biografia-letra-q/quem-foi-santa-quiteria.html>

²² <https://www.xaverianos.org.br/noticias-e-artigos/teologia/582-maria-e-a-festa-de-pentecostes>

²³ <https://www.todamateria.com.br/independencia-do-brasil/>

<p>Hodotopônimos</p>	<p>Vias de comunicação rural ou urbana.</p> <p>Exemplo: Passagem Boa (MS)</p>	 <p>Referência a um córrego da região de MS.²⁴</p>
<p>Numerotopônimos</p>	<p>Adjetivos e numerais.</p> <p>Exemplo: Três Corações (MG)</p>	 <p>O português Tomé Martins da Costa se estabelece na barranca direita do Rio Verde, embriagado pelo ouro abundante existente em suas lavras. Após adquirir novas terras, constrói a fazenda do Rio Verde e manda erigir uma capela sob a invocação dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria e José.²⁵</p>
<p>Poliotopônimos</p>	<p>Aldeia, vila, povoação, arraial.</p> <p>Exemplo: Vila Velha (ES)</p>	 <p>Espírito Santo foi sede da capitania até 1549, quando foi transferida para Vitória, e o município passou a ter o nome atual.²⁶</p>

24 <http://www.edicaoms.com.br/cidades/coxim-desponta-como-um-dos-destinos-mais-procurados-pelos-turistas-no-feriado-de-carnaval>

25 <https://luzcont.com.br/abrir-empresa-em-tres-coracoes-mg/>

26 <https://www.vilavelha.es.leg.br/institucional/historia>

<p>Sociotopônimos</p>	<p>Atividades profissionais ou ponto de encontros.</p> <p>Exemplo: Porto (PI)</p>	 <p>O Porto é um local que além de abrigar embarcações, é um espaço de trabalho.²⁷</p>
<p>Somatopônimos</p>	<p>Metáfora referente às partes do corpo humano ou animal.</p> <p>Exemplo: Olho d'Água do Casado (AL)</p>	 <p>A construção da rede ferroviária levou para lá o acampamento dos operários. O local, para os técnicos, não poderia ser melhor, porque, em toda a região, brotavam olhos d'água.²⁸</p>

Fonte: Autoria própria com base em Dick (1990)

Após a exposição do modelo de Dick (1990), adaptado com exemplificações advindas de outras fontes, e com base nos posicionamentos da própria autora, que servem de orientação para a presente obra, seguimos, no capítulo seguinte, com as nossas análises.

27 https://www.google.com/search?q=porto+de+navio&sxsrf=AOaemvLDf9YRu2DuBpgjp94mkIZZccWYLw:1630484608701&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiw3aa_rN3yAhXNr5UCHcw6BhEQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=657#imgrc=zRy2aPvwjIINBM

28 <http://portalsemear.org.br/boaspraticas/recuperacao-e-protecao-de-nascente/>

Capítulo

4

As Cidades Potiguares Sob O Ponto De Vista Da Toponímia

No decorrer deste capítulo, apresentamos o levantamento dos componentes linguísticos que influenciam a Toponímia potiguar, considerando, para isso, os preceitos teóricos das ciências que estudam as denominações, conforme demonstramos nos capítulos anteriores. Sob essa perspectiva, explicitamos, a seguir, o processo de organização dos topônimos, atentando para as motivações instigadas pelas escolhas lexicais. Para isso, apresentamos, por meio de gráficos, essa catalogação, caracterizando, além da geografia física, os aspectos semânticos e culturais, levando em consideração o período em que, teoricamente, originou-se a maioria dos topônimos das cidades.

Assim sendo, este capítulo se divide em uma apresentação das cidades potiguares dispostas por suas respectivas mesorregiões. Essa subdivisão se justifica pelo fato de que as mesorregiões compõem uma área que contempla porções regionais de base econômica que ajudam a compreender a classificação do estado, assim como a divisão geográfica de natureza física, tão importante para delimitar, especificar e justificar o nosso estudo.

Na segunda etapa do capítulo, expomos as motivações semânticas, as quais se subdividem em físicas e antropoculturais que, por sua vez, consistem nas influências denominativas que orientam nossos posicionamentos nesta obra. Essas motivações se relacionam aos fatores sociais e culturais, visto que não há como dissociar o sujeito do mundo, conseqüentemente, das práticas sociais e, nessa relação de indissociabilidade, materializa-se a representação cultural presente nas escolhas dos itens lexicais.

Por fim, para concluir o capítulo analítico, apresentamos um panorama geral das classificações taxionômicas das cidades do Rio Grande do Norte. Sendo assim, expomos os topônimos por mesorregiões na seção a seguir.

4.1 Topônimos Do Rio Grande Do Norte Por Mesorregião

O Rio Grande do Norte está dividido em quatro mesorregiões, conforme exposição a seguir:

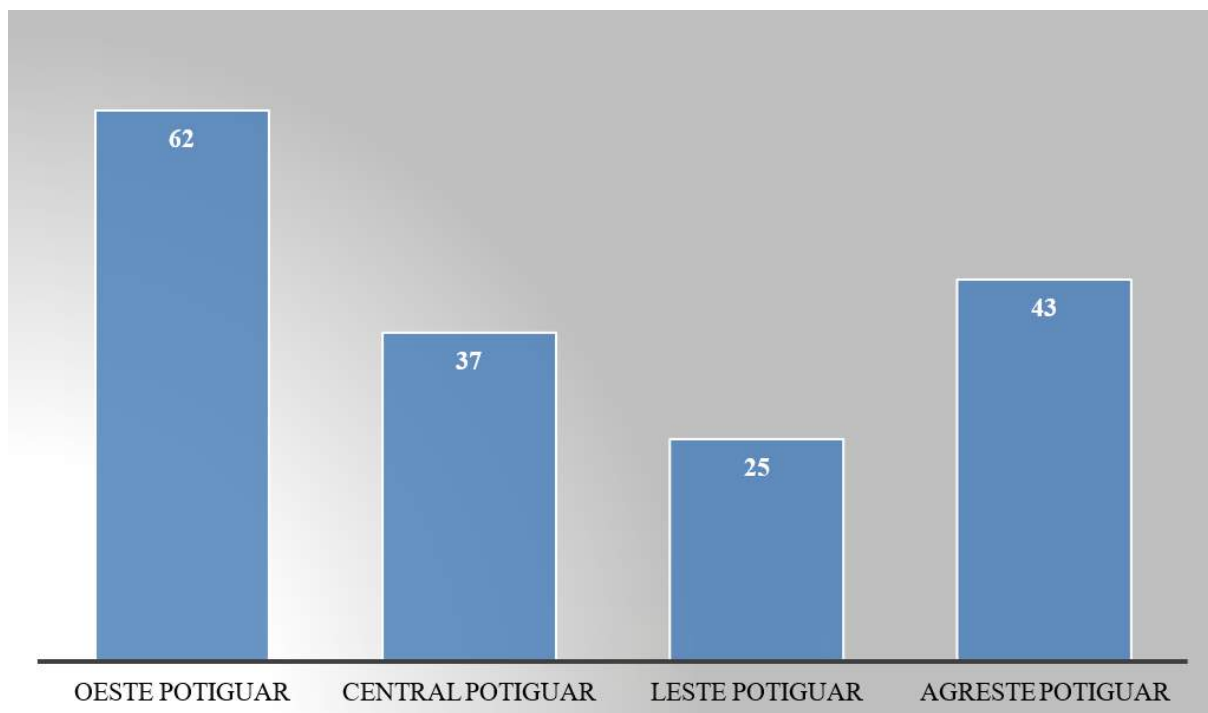
- i. **Mesorregião Oeste Potiguar**, composta de sessenta e duas (62) cidades, compreende a segunda mais importante mesorregião do estado, destaca-se pela produção de petróleo em terra, de sal e de fruticultura, sendo, também, a segunda mais populosa, com 26% da população do RN. Essa mesorregião se constitui das seguintes cidades: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel, Tibau, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Campo Grande, Janduí, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar, Upanema, Alto do Rodrigues, Açú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel, Venha-Ver, Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riachoda Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Viçosa, Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Olho d'Água dos Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha dos Pintos e Umarizal, sendo que as cidades que mais se destacam pelo seu desenvolvimento econômico são: Mossoró, Areia Branca, Pau dos Ferros e Açú.
- ii. **Mesorregião Central Potiguar**, com trinta e sete (37) cidades, é a menos populosa do estado, representa 12% dos habitantes do Rio Grande do Norte. É nessa mesma mesorregião que está situado o Porto de Guamaré, local onde se concentra a produção de petróleo do estado e embarque para comercialização. Temos, portanto, nessa mesorregião, as seguintes localidades: Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, São Bento do Norte, Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Jardim de Angicos, Lajes, Pedra Preta, Pedro Avelino, Bodó, Cerro Corá, Florânia, Lagoa Nova, Santana do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz, Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Acari, Carnaubas dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São José do Seridó. Podemos citar algumas cidades que se destacam em relação ao crescimento econômico, que são: Angicos, Galinhos, Macau, Currais Novos, Caicó e Pedro Avelino.

- iii. A **mesorregião Leste Potiguar** apresenta apenas vinte e cinco (25) cidades, contudo, possui a maior concentração populacional, com 48%, e o desenvolvimento econômico é mais significativo. Fazem parte dessa mesorregião as seguintes cidades: Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Ceará-Mirim, Macaíba, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Extremoz, Natal, Parnamirim, Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Vila Flor. É nessa mesorregião em que se encontra a capital do estado, Natal, e um dos mais belos litorais da região Nordeste, os quais citamos: o litoral urbano (Natal), o litoral sul (de Parnamirim até Baía Formosa) e o litoral norte (de Extremoz até Pedra Grande).
- iv. Na **mesorregião Agreste Potiguar** encontram-se as maiores altitudes do estado. Composta por quarenta e três (43) cidades, aponta um percentual de 14% da população potiguar. Pertencem a essa mesorregião as seguintes localidades: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Poço Branco, Barcelona, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lagoa dos Velhos, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Ruy Barbosa, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, São Tomé, Serra de São Bento, Sítio Novo, Tangará, Januário Cicco, Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa-e-Fica, Passagem, Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serra Caiada, Serrinha, Várzea e Vera Cruz. Na terceira mesorregião mais populosa, ressaltamos que as cidades de São Paulo do Potengi, João Câmara e Santa Cruz estão na lista dos municípios com maior desenvolvimento econômico da região.

Os municípios estão divididos quantitativamente e são agrupados em mesorregiões por apresentarem características de aproximação com relação ao desenvolvimento da economia, aos aspectos sociais, ao clima da região e à paisagem natural. O IBGE idealizou essa subdivisão com o propósito de auxiliar na exposição dos dados estatísticos coletados. Essa coleta ocorre a cada dez anos com a finalidade de realizar o censo demográfico, que, por sua vez, é o procedimento que descreve a realidade sociodemográfica do Brasil.

No gráfico a seguir, expomos a sumarização dos dados, em taxionomias, segundo as mesorregiões em que estão localizados.

Gráfico 1 – Distribuição numérica dos topônimos das cidades potiguares por mesorregião



Fonte: IBGE (2010) sistematizado pelas autoras

Diante da totalização dos dados apresentados, verificamos a ocorrência das cidades em cada uma das respectivas mesorregiões: Oeste Potiguar, 37%; Central Potiguar, 22%; Leste Potiguar apresenta um percentual de cidades de 15%, enquanto a mesorregião Agreste Potiguar, 26%.

Já na segunda seção, em seguida, observamos os comportamentos das motivações semânticas, com foco nas influências de natureza física e antropocultural. Assim, no próximo tópico, apontamos os 167 municípios pesquisados com base no modelo taxionômico de Dick (1990), conforme já explicitado ao longo da obra.

4.2 Motivações Semânticas

As denominações dos lugares se materializam por meio das motivações semânticas, conforme percurso delineado nesta obra. À vista disso, seguimos, nesta seção do trabalho, expondo as motivações que influenciam no processo de escolhas das denominações das cidades potiguares.

Sobre essa questão, ressaltamos que o léxico toponímico é revestido de um amplo aspecto linguístico e cultural. Por essa razão, definir os valores semânticos atribuídos aos itens lexicais é emaranhar-se em diferentes estímulos, atentando para os valores partilhados em comunidade. As motivações se dividem, basicamente, neste trabalho, em elementos de

natureza física, que, por sua vez, é o conceito que justifica as denominações com base nas características externas, como a fauna, a flora, a geografia local, entre tantas outras. Quando se trata dos aspectos semânticos de natureza antropocultural, essas escolhas se materializam de acordo com a interpretação e com a percepção do sujeito. Ou seja, na tentativa de representar o real, o sujeito realiza escolhas lexicais cujos significados variam de acordo com a relação e as circunstâncias vividas na comunidade.

Desse modo, a intencionalidade do nomeador é subjetiva, já que as escolhas podem se justificar tomando por base inúmeras possibilidades, entre as quais citamos homenagens a pessoas da própria comunidade, valorização da cultura indígena, títulos atribuídos a pessoas ilustres ou políticos como forma de justificar as denominações.

Sob essa perspectiva, as motivações semânticas apontam para a relação entre língua e cultura. Dessa maneira, essa conexão nos instiga a entender como um grupo ou uma comunidade se comporta, culturalmente, mobilizando, para isso, os mais diferentes motivos que interferem no ato de nomear. Assim, as motivações de natureza antropocultural não se limitam apenas a apontar aspectos inerentes ao sujeito, mas tratam, também, de destacar os aspectos culturais vinculados ao léxico no espaço social.

Já as motivações de natureza semântica física revelam o espaço geográfico e como ele é representado na ação nominativa, ou seja, é a forma como o sujeito sente e percebe o ambiente, materializado na escolha dos nomes. Nesse sentido, a visão detalhada das influências externas atua diretamente sobre a comunidade que ressignifica e atualiza o nome considerado de natureza comum em léxico toponímico. Partimos, por essa razão, do entendimento de que as motivações semânticas não acontecem de forma indeterminada, uma vez que nas palavras de Ferrarezi Jr. (2012), nesse processo de atribuir sentidos, a relação entre língua e cultura é fundamental para assegurar os valores estabelecidos pelas comunidades por intermédio do ponto de vista dos indivíduos.

Assim, optamos por apresentar, inicialmente, os dados em forma de gráfico, visto que consideramos esse recurso um elemento facilitador da compreensão das motivações de modo geral, proporcionando ao leitor deste estudo alguns posicionamentos mais claros sobre os dados da obra. Para ilustrar, vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Motivações semânticas de natureza física e antropocultural



Fonte: Autoria própria

De acordo com gráfico, destacamos que dos cento e sessenta e sete (167) topônimos classificados, referentes ao Estado do Rio Grande do Norte, foco de nossa análise, oitenta e cinco (85) possuem motivação semântica de natureza física, oitenta e dois (82) possuem natureza semântica antropocultural. Na próxima seção, seguimos discutindo as motivações de natureza física.

4.2.1 Motivações toponímicas de natureza física

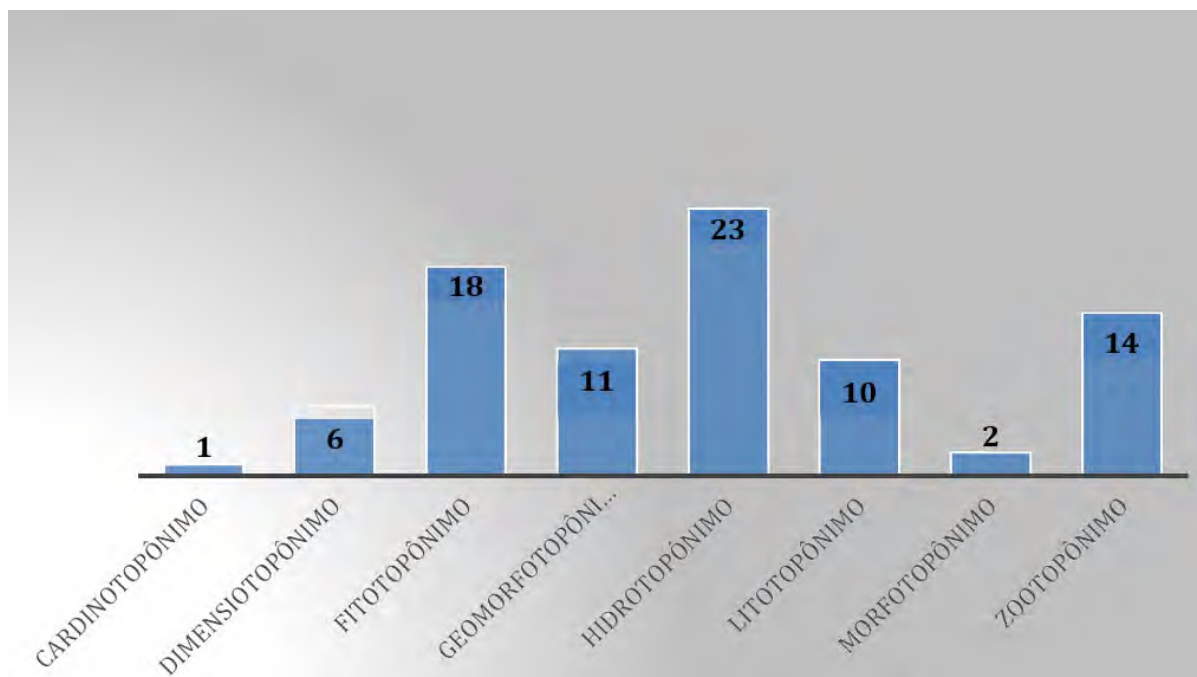
Os topônimos de natureza física estão diretamente vinculados ao ambiente, seja em relação aos aspectos hidrográficos, que retomam a influência dos rios, lagos, cursos e reservatórios d'água, ou por intermédio do resgate dos denominativos atribuídos aos seres vivos, nesse caso, animais e vegetais. Não podemos deixar de mencionar também o relevo, as rochas e tudo o que integra o ambiente físico, que favorece a escolha da designação das coisas.

O léxico toponímico se configura por meio dos elementos que conceituam o espaço geográfico. Contudo, é salutar o destaque para a ideia de que as motivações são variáveis, considerando as diferentes regiões do Brasil, as diversificadas formas culturais, assim como a diversidade vegetal que cada região apresenta. Como o Rio Grande do Norte se encontra na

região Nordeste do país, revela uma vegetação de mata atlântica, de mangue e de caatinga, sendo essa última de maior predominância nesse território brasileiro.

No gráfico a seguir, apresentamos a sumarização dos dados que se vinculam às taxionomias de natureza física, que motivam as categorizações toponímicas. Vejamos:

Gráfico 3 - Distribuição numérica dos topônimos das cidades potiguares de natureza física



Fonte: Autoria própria

Com o objetivo de revelar a produtividade dos topônimos pertencentes às taxionomias de natureza física, apresentamos cada uma das taxes encontradas em nossa obra. Iniciamos identificando-as conforme apontado no gráfico anterior.

O cardinotopônimo se refere à presença da posição geográfica no topônimo; entre as cidades norte-rio-grandenses, é o município de Equador, que faz parte da mesorregião Central Potiguar, a exemplificação para o uso deste topônimo. A cidade recebeu essa denominação em cumprimento a uma determinação do município de Jardim de Seridó, na época, município sede, segundo dados do IBGE Cidades. Como sabemos, Equador é uma linha imaginária que divide o globo terrestre em dois hemisférios e, por se tratar de uma linha que funciona como um delimitador de posição geográfica dos continentes que estão abaixo ou acima dessa marca imaginária, instiga-nos a catalogá-lo como um município que pertence à taxa cardinotopônimo.

Dimensiotopônimo consiste em revelar a dimensão dos acidentes geográficos presentes no topônimo, tais como: extensão, comprimento, largura, altura, entre outras características

dimensionais. No Rio Grande do Norte, as cidades de Grossos, Campo Grande, Alto do Rodrigues, Açú, na mesorregião Oeste Potiguar; Campo Redondo e Várzea, no Agreste Potiguar, materializam-se como localidades que revelam essas características. Respaldando-nos, nesses casos, nos aspectos histórico-semânticos já descritos nesta pesquisa, por essa razão, essas cidades convocam, em suas denominações, a ideia de volume, altura e extensões, já descritas. Desse modo, concluímos que as cidades apresentam aspectos geográficos que condizem com as características do dimensiotopônimo.

Fitotopônimo é a denominação atribuída aos topônimos que fazem referências aos nomes de vegetais. Nesse caso, a flora do Rio Grande do Norte está bem representada nos topônimos das cidades, a citar: Baraúnas, Caraúbas, Carnaubais, Pau dos Ferros, Frutuoso Gomes e Umarizal, na mesorregião Oeste Potiguar, sendo essa última em virtude das belas paisagens do local, cheias de moráceas, que são plantas com flor da ordem *Urticales*, responsável pelo nome do município. Outras cidades do RN com essas características são Caiçara do Rio dos Ventos, Angicos, Caiçara do Norte, Jardim de Angicos, Florânia, Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas, nome de uma árvore cujo fruto produz uma espécie de espuma, por vezes, utilizada como sabão.

Ainda sobre essa motivação, apresentamos as cidades de Santana do Matos, Carnaúbas dos Dantas, Jardim do Seridó e Santana do Seridó, que foram assim batizadas por se referirem a alguma espécie de vegetal, materializando, desse modo a importância da vegetação típica do estado, mostrando as várias possibilidades de denominações que as árvores e os frutos mobilizam, todas localizadas na mesorregião Central Potiguar. Por fim, Macaíba, no Leste Potiguar finaliza essa taxionomia.

O geomorfotopônimo estabelece referência às diferentes formas de relevo, tanto com foco nas depressões, quanto nas elevações, possibilitando uma variedade de signos toponímicos. Na mesorregião Oeste Potiguar, identificamos as cidades de Serra do Mel, Serrinha dos Pintos e Apodi. As duas últimas significam elevação e chapada, em tupi; já Monte das Gameleiras, Serra de São Bento, Monte Alegre, Serra Caiada e Serrinha situam-se no Agreste Potiguar e, na Central Potiguar, apresentamos Cerro Corá e Serra Negra do Norte, cujos significados remetem a pequenas elevações. Para finalizar, temos a cidade de Montanhas, no Leste Potiguar. Notamos que os aspectos semânticos, nesse caso, refletem diretamente na natureza topográfica.

O hidrotopônimo é o topônimo que se refere aos acidentes hidrográficos em geral e, sobre ele, emerge a ideia da água que mantém a sobrevivência das espécies animais e vegetais, que serve como meio de locomoção e está diretamente relacionada à economia potiguar.

Da mesma forma que as demais taxes, esse topônimo assegura características presentes nos denominativos que confirmam sua importância nas denominações das cidades. Com a maior representação na taxionomia de natureza física, o hidrotopônimo se concretiza no Rio Grande do Norte por meio das cidades de: Tibau. Janduís, Paraú, Upanema, Ipanguaçu, Riacho de Santana, Paraná, Riacho da Cruz e Água Nova, que recebeu esse nome porque, próximo ao riacho do Meio, havia um bebedouro em torno do qual os moradores da região se reuniam. Todas essas cidades se localizam na mesorregião Oeste Potiguar.

Ainda sobre os topônimos relacionados à hidrografia, temos Guamaré, Lagoa Nova, Ipueira, que recebe esse nome devido ao terreno baixo, que fica alagado com a cheia dos rios. Todas essas cidades pertencem à mesorregião Central Potiguar. Com relação aos municípios de Poço Branco, Lagoa dos Velhos, Brejinho, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras e Lagoa Salgada, essas cidades fazem parte da mesorregião Agreste Potiguar.

Por fim, temos Rio do Fogo, Parnamirim, Baía Formosa, Goianinha e Tibau do Sul, vindo essa última do tupi, e significa entre duas águas, fato que se explica em razão do povoamento que se situava entre a Lagoa de Guarairas e o Oceano Atlântico. Essas cidades se localizam na mesorregião Leste Potiguar e integram o grupo dos hidrotopônimos, visto que, por meio delas, nasceram grandes civilizações que, ao longo dos anos, serviram para materializar a importância das águas para o desenvolvimento da região.

Litotopônimo é o topônimo originado dos minerais, reflete a constituição do solo característico de cada região. Em nosso estudo, verificamos a ocorrência de sete cidades com essas propriedades, as quais apontamos: Areia Branca, Itajá, Patu e Itaú, que em *tupi* significa pedra preta, essas cidades compõem a mesorregião Oeste Potiguar. Já no Agreste Potiguar, temos apenas Lajes Pintadas, que recebe esse nome devido a uma pedra com desenhos rupestres, que ficava no caminho da localidade. No Leste Potiguar, encontramos Pedra Grande e Taipu e, por último, Lajes, Pedra Preta e Ouro Branco, cidades que catalogamos na mesorregião Central Potiguar. A riqueza dessas terras, de modo geral, revela a importância do solo que, de certa forma, induziu os povos de outras nações a visitarem o país e a fazerem desses recursos um meio de exploração. Vislumbramos, com esses denominativos, destacar o valor atribuído aos mais variados tipos de demonstração mórfica; uma prova que atesta a ideia de que os momentos vividos em comunidade revelam muito da história cultural e, por conseguinte, da valorização do território.

Morfotopônimo é um topônimo que representa as formas geométricas. Nesta obra, registramos as cidades de Portalegre e Taboleiro Grande, que integra a mesorregião Oeste Potiguar. As marcas impressas nesses lugares revelam a construção de um novo significado,

uma vez que a forma atrelada aos nomes e à dimensão adquirem um outro valor semântico, com a finalidade de representar a realidade. Nesse sentido, as cidades, com base nos fatores culturais, são nomeadas de forma que se perceba a interferência das características do lugar na nomeação destes municípios.

Finalizamos as análises das motivações de natureza física com o zootopônimo, que se refere à presença do nome de animais no topônimo. Com um número significativo de espécies zoológicas representadas nos denominativos, estas cidades registram a importância da fauna presente em nosso estado. Revestidos de aspectos semânticos, os nomes dos animais estão diretamente ligados à existência desses tipos na região, apresentando estreita relação entre homem e ecossistema. Identificamos, nesse caso, as cidades de Galinhos, Macau, Bodó, Caicó e Acari, na mesorregião Central Potiguar; na mesorregião Agreste Potiguar, temos Jandaíra, Jaçanã, Japi, Tangará e Jundiá; Maxaranguapé, Touros e Canguaretama, situadas no Leste Potiguar, e Jucurutu, no Oeste Potiguar, completam essa categoria toponímica.

Concluimos que nas taxas de natureza física há um predomínio do hidrotopônimo, com um total de vinte e três (23) municípios, realçando a importância dos denominativos relacionados à água. Posteriormente, temos os fitotopônimos, com dezoito (18) cidades, relacionados à vegetação terrestre, que, por sua vez, ativam o interesse pela flora local. Compreendemos que a vegetação é bem específica em cada uma das regiões, o que contribui para particularizar alguns topônimos, como *Angicos* e *Umarizal*. Essas denominações se justificam, porque mesmo em período de estiagem, o angico consegue permanecer verdejante, já Umarizal, por sua vez, remete à árvore predominante na área povoada. E, no que se refere às taxas dos zootopônimos, notamos o registro em apenas quatorze (14) municípios.

Dessa forma, destacam-se o hidrotopônimo, o fitotopônimo e o zootopônimo como as três taxionomias que estão, de certa forma, correlacionadas, como elementos da natureza, e necessitam da água como fonte inesgotável de vida e de fundamental importância para a comunidade. A história registra que, por essa razão, a organização populacional saía em busca de terras férteis e, conseqüentemente, à procura de uma vegetação abundante que viesse a abrigar as mais diferentes espécies de animais, para atender as necessidades de subsistência da população.

A hidrografia destaca-se nesta obra com os rios Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Potengi, que são considerados os principais cursos de água do Rio Grande do Norte. Além de abastecer algumas cidades, esses rios são fundamentais para irrigar os plantios de frutas tropicais que são exportadas, gerando renda para inúmeras famílias que sobrevivem da

produção agrícola. Esses rios se configuram como essenciais à vida potiguar pela importância da água no processo de sustentação humana e por possibilitar inúmeras riquezas.

Esse estado nordestino apresenta em sua composição vegetal a predominância da Caatinga, com destaque para a presença dos mangues e para a floresta atlântica, assim, a vegetação brasileira aqui representada pelo fitotopônimo revela a diversidade da geografia ambiental sentida, tão vivamente, pela pluralidade da flora.

Compreendemos, nesse sentido, que a fauna, destacada nesta obra por meio do zootopônimo, e a flora, pelo fitotopônimo, são denominações que revelam o grau de produtividade em relação às escolhas denominativas dos municípios potiguares, pois à medida que os homens, no período de colonização, adentram a mata norte-rio-grandense, deparam-se com muitas espécies diferentes de animais e de plantas. Em síntese, a presença desses elementos da natureza nas designações das nomenclaturas dos lugares materializa a relação que se instaura entre o homem e o ambiente, sendo representada nas escolhas lexicais.

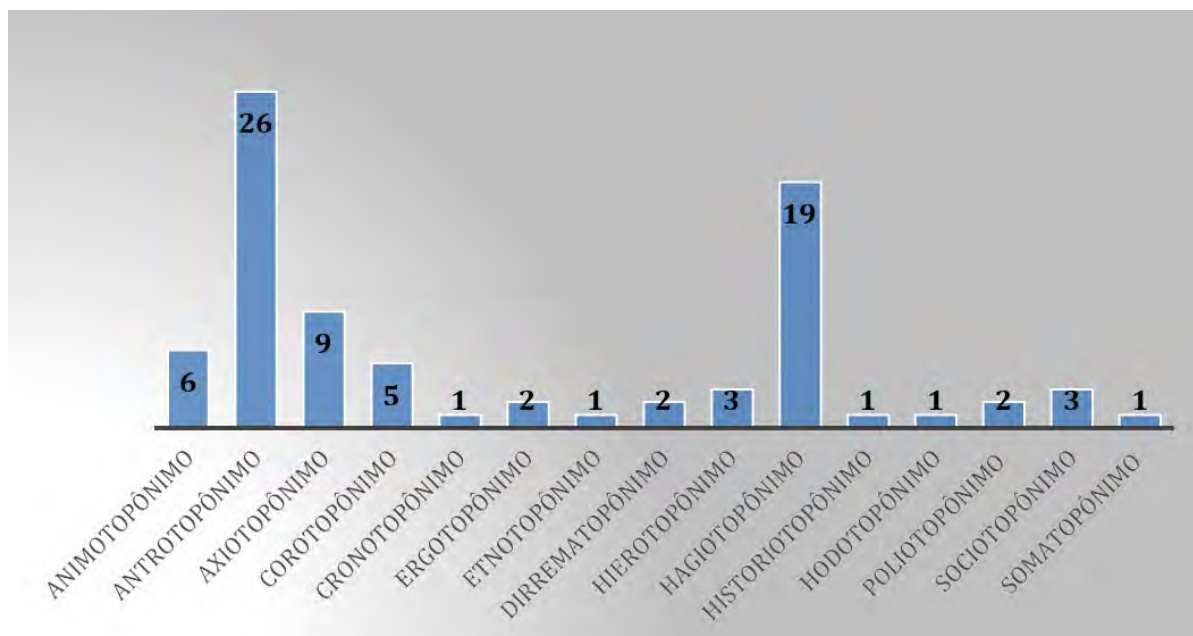
Na próxima subseção, apresentamos as motivações semânticas de natureza antropocultural, as quais demonstram os diversificados topônimos, e como contribuem no processo de modificação social do ambiente.

4.2.2 Motivações toponímicas de natureza antropocultural

Os topônimos de natureza semântica antropocultural revelam as possibilidades que os grupos sociais expressam, mediante as escolhas lexicais, presentes no acervo linguístico-cultural disponível na comunidade, de denominarem os objetos do mundo e, nesse caso, especificamente, de intitular os nomes dos lugares. Com base nessas taxas, inferimos que os designadores consideram as necessidades de representar, em tais escolhas, as crenças e os hábitos sociais defendidos pela comunidade, e viabilizam, dessa forma, por meio dos topônimos, a materialidade das influências nas taxas.

A ação de nomear é uma necessidade de caracterizar e de identificar um determinado local, com destaque para a valorização dos elementos culturais que pertencem ao cotidiano comunitário, e registrado no referente espacial que abarca o grupo social. Nesse sentido, a seguir, apresentamos o Gráfico 4, que sumariza os dados referentes à distribuição toponímica segundo as taxas de natureza antropocultural.

Gráfico 4 - Distribuição numérica dos topônimos das cidades potiguares de natureza antropocultural



Fonte: Autoria própria

O Gráfico 4 registra os topônimos com base em uma organização aleatória de quantificação das cidades, ou seja, não recorremos à ordem crescente ou à decrescente para organizar os dados. Assim, segue a demonstração realizada no próprio modelo taxionômico proposto por Dick (1990).

Animotopônimo é um topônimo relativo à vida psíquica e espiritual, ao estado de ânimo do homem, que é evidenciado de forma positiva ou negativa, a depender das emoções que se deseja retratar. Revelamos essas características nas cidades pertencentes à mesorregião Oeste Potiguar, tais como: Triunfo Potiguar, Encanto, Viçosa e Pendências. Essa última aponta o espírito de luta constante pela posse das terras desse município. No Agreste Potiguar, destacamos Bom Jesus, topônimo em que evidenciamos a euforia e a manifestação de prazer e de contentamento do designador. Por fim, no Leste Potiguar, temos a cidade de Pureza, fazendo menção às águas puras e perenes do rio Maxaranguape, que principiou rastros de riquezas, transformando as terras em férteis e fecundos vales, possibilitando a prática da agricultura, motivando, assim, o nome da cidade.

Com um número significativo de topônimos, destacamos o antrotopônimo, que se relaciona ao uso de nomes próprios individuais presentes nas denominações. É uma das taxes mais recorrentes nos municípios potiguares. Entre os vinte e seis (26) municípios, quinze (15) deles estão concentrados na mesorregião Oeste Potiguar, a citar: Felipe Guerra, Luís Gomes, Alexandria, Francisco Dantas, José da Penha, Marcelino Vieira, Rafael Fernandes, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Almino Afonso, Antônio Martins, João Dias, Lucrecia, Martins e Rafael Godeiro. Esse último consiste em uma homenagem a um líder político da região.

Diante disso, observamos que as condecorações atribuídas aos membros de uma comunidade e, também, direcionadas a pessoas simples, emergem como forma de contribuir para o processo de escolha do item lexical. Esse fato pode revelar, ainda, que a pessoa homenageada instiga a população a vê-la como alguém que deseja o crescimento da comunidade da qual faz parte, sendo, portanto, uma pessoa admirável, e, por essa razão, julgou-se ser merecedor de ter suas características destacadas por intermédio da atribuição do seu nome ao lugar.

Ainda em relação ao antrotopônimo, registramos, na mesorregião Central Potiguar, as cidades de Fernando Pedroza, Afonso Bezerra e Pedro Avelino; no Agreste Potiguar, Bento Fernandes, João Câmara, Ruy Barbosa, Januário Cicco, Ielmo Marinho, Vera Cruz; por fim, no Leste Potiguar, registramos as cidades Nísia Floresta e Pedro Velho, cidade que atraiu os primeiros habitantes, graças à existência de uma grande lagoa no centro da cidade que, em épocas de seca, garantia água e muito peixe.

Na taxa do axiotopônimo, que se refere aos títulos e às dignidades das pessoas materializadas nos nomes próprios, catalogamos, na mesorregião Oeste Potiguar, as cidades de Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Major Sales, Tenente Ananias e Governador Dix-Sept Rosado. Esse último topônimo se destaca, no Rio Grande do Norte, por ter sido um político influente e empreendedor. Além do curioso nome (Dix-Sept), que em francês significa dezessete, a história revela que os irmãos do político também foram batizados com as atribuições numéricas em francês, de acordo com a ordem de nascimento. Já na mesorregião Central Potiguar, destacamos a única cidade com as especificidades apontadas nesse topônimo, Tenente Laurentino Cruz, homenagem prestada ao fundador da cidade, padre Sinval Laurentino, que era um tenente das Forças Armadas.

Por sua vez, na mesorregião Agreste Potiguar, classificamos duas cidades: Coronel Ezequiel e Senador Elói de Souza; no Leste Potiguar, com apenas uma cidade, temos: Senador Georgino Avelino. Homenagear pessoas que fazem parte da criação e do crescimento dos pequenos aglomerados era uma das formas de atribuir à futura cidade a biografia social da ilustre pessoa, uma miscigenação entre as questões ideológicas e históricas da comunidade.

Quanto ao corotopônimo, topônimo que faz referência aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes, a presença dessa taxionomia em uma denominação expressa a relevância do nome de um lugar que o denominador ou a comunidade considera importante. Em alguns casos, esse grau de importância se materializa nas atribuições impostas pelos colonizadores, como forma de assegurar a posse das terras conquistadas. Sobre essa taxa, citamos: Parazinho e Barcelona, que em tempos prósperos, eram cidades atrativas para as famílias que buscavam uma fonte de renda. Dessa forma, essas cidades são lembradas nesses

topônimos como fonte de desenvolvimento econômico e fazem parte da mesorregião Agreste Potiguar. No Leste Potiguar, encontramos Ceará-Mirim, Extremoz e Arês, que lembram cidades portuguesas, nomes atribuídos às primeiras vilas do Rio Grande do Norte.

Cronotopônimo se refere aos topônimos que apresentam indicações cronológicas pela presença dos adjetivos *novo* e *velho* em suas denominações. O uso desses adjetivos é importante por revelar a função semântica que contempla a representação histórica do lugar. Em nossa pesquisa, classificamos Nova Cruz, no Agreste Potiguar, que se justifica pelo fato de, no momento da nomeação, a concepção de algo ser considerado como novo, passa a ser mobilizada com a finalidade de atribuir às denominações a noção de um povoamento recente, visto que já se tinha registro de uma cidade designada pelo nome de Cruz. Entende-se, desse modo, que a comunidade ou o ser que escolheu esse denominativo imprime características de um lugar novo, inédito e singular à cidade.

Ergotopônimo estabelece relação com os elementos da cultura material, um tipo de patrimônio de um povo, ou seja, uma forma de caracterizar a história da região, por meio dos subsídios que fazem parte da construção da comunidade. Consideramos as informações que instigam, nos aspectos semânticos, a conservação substancial desses componentes concretos indispensáveis ao crescimento dos municípios. Apresentamos, nesse caso, as cidades que constituem esse topônimo: no Oeste Potiguar, temos Pilões, instrumento usado para bater/triturar alguns tipos de sementes, objeto muito usado pelos sertanejos. Na mesorregião Central Potiguar, catalogamos Cruzeta. As lutas indígenas marcaram a posse dessas terras, visto que a expulsão desses povos deu início a colonização e povoamento da cidade, que estava localizada entre dois rios importantes para o lugar.

Etnotopônimo faz referência aos elementos étnicos, cujas motivações se relacionam aos aspectos socioculturais e às questões ambientais. Sendo assim, e com base nesse entendimento, classificamos a cidade de Mossoró como pertencente a essa taxa, uma vez que, majoritariamente, há o entendimento de que os primeiros habitantes, os índios monxorós, são os grandes responsáveis pela origem da cidade. No entanto, por conta de esse município apresentar outras possibilidades, apresentamos uma seção (4.2.4) com a finalidade de discutir com mais singularidades a origem do topônimo.

Com relação às cidades de Venha-Ver e Passa e Fica, respectivamente, no Oeste e no Agreste Potiguar, notamos que os dois topônimos são constituídos por um enunciado linguístico, características que instigam a classificação como dirrematopônimos. Logo, as histórias desses municípios impregnam, em seus significados, as razões para suas denominações. Ademais, conta a narrativa que o senhor Daniel Laureano de Souza construiu

uma casa em um lugar ainda desabitado, entre as cidades de Nova Cruz e Serra de São Bento, e nesse local instalou uma pequena venda (bodega). Assim, as pessoas que passavam pela estrada paravam, obrigatoriamente, para entrar no pequeno comércio e acabavam ficando no local, surgindo, dessa forma, portanto, a denominação Passa e Fica.

No tocante ao denominativo Venha-Ver, a história contada por gerações afirma que o topônimo surgiu fundamentado em um namoro de uma moça judia com um escravo da fazenda de seu pai, que descontente com o relacionamento da filha, mandou-a para longe da fazenda. Porém, antes de sua partida, estava a moça a conversar com o escravo, mais uma vez, e sem acreditar na informação que a escrava acabara de anunciar, a serva chamou o patrão irritado: “venha ver com seus próprios olhos”. A partir desse enunciado dito pela escrava, o pequeno povoado passou a se chamar Venha-Ver.

O hierotopônimo nos permite averiguar os topônimos que se referem aos nomes sagrados ou locais de culto. Assim, encontramos as cidades Messias Targino, no Oeste Potiguar e, na mesorregião Leste Potiguar, temos Espírito Santo e a capital do estado, Natal. A história dessa capital se confunde com o processo de colonização do Rio Grande do Norte, afinal, nas terras em que atualmente se encontra a Metrópole, os colonizadores iniciaram a exploração. Depois de alguns anos de luta entre portugueses e outras nações (França e Holanda) pela posse desse território, Portugal conseguiu demarcar a cidade como sendo considerada terras portuguesas. Esse feito, segundo os historiadores, aconteceu em 25 de dezembro de 1597, data em que os cristãos celebram o Natal, nascimento de Cristo e, sendo assim, a pequena comunidade foi denominada de Natal.

Hagiotopônimo consiste, nesta obra, em um número considerável de municípios, por se tratar de nomes relativos às denominações de santos e santas da Igreja Católica Romana. Esse topônimo se configura em alta representatividade no *corpus* de análise. Observamos que a presença dessa taxa em abundância se justifica pelo fato de ter sido registrada, na história do estado, uma grande missão exploradora e catequizadora dos portugueses, que além de explorarem os benefícios adquiridos em solo potiguar, exigiam a participação da população nas missas, impondo, assim, a religião católica como obrigatória.

Na mesorregião Oeste Potiguar, registramos as cidades de São Rafael, São Miguel e São Francisco do Oeste, que receberam esses denominativos em homenagem aos seus santos padroeiros, ou porque algum fato aconteceu no povoado na data dos santos católicos, como é o caso de São Miguel, em que o desbravador, José Antônio de Carvalho, descobriu, na região, um verdadeiro paraíso natural, com lagoas belas e exuberantes, exatamente no dia de São Miguel Arcanjo; logo, batizou a localidade com o mesmo nome.

Na mesorregião Central Potiguar, temos: São Bento do Norte, São Vicente, São Fernando, São João do Sabugi e São José do Seridó. Todos esses topônimos representam a confiança depositada nos milagrosos santos da igreja. No Leste Potiguar, há as cidades de São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e São Miguel do Gostoso. Vale acrescentar que, nessa última, temos a presença de um topônimo que apresenta um elemento diferenciador, visto que o uso do nome “São Miguel” já faz parte da denominação do oeste do Estado potiguar.

No Agreste Potiguar, constatamos, mais uma vez, quão singular é a fé de um povo que, de forma incondicional, busca inspirar-se nas histórias e nos martírios dos santos como fonte de iluminação divina e de fortalecimento do credo. De natureza igual, sublinhamos as cidades de Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, São Tomé, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi e São Pedro.

No historiotopônimo, os movimentos histórico-sociais, as datas comemorativas e os membros dessas atividades são homenageados nessa taxa. Assim, Riachuelo que fica no Agreste Potiguar, concebe tributo a uma famosa batalha naval em que o fundador do povoado, o Almirante Barroso, havia participado como combatente.

Hodotopônimo faz referência às vias de comunicação, sejam elas rurais ou não. Sobre essa taxa, registramos Passagem, cidade do Agreste Potiguar, cuja denominação se justifica por revelar a ideia de ser a melhor travessia para os transeuntes que desejavam deslocar-se pelo Rio Jacu.

Poliotopônimo é quando um topônimo apresenta no próprio denominativo as palavras vilas, aldeia, cidade, povoação, arraial. Assim, no nome do município são acrescentados esses nominados, características que o constitui como sendo pertencente a essa taxionomia, como em Sítio Novo e Vila Flor, nome que lembra as raízes da colonização portuguesa em nosso estado.

O sociotopônimo se refere ao ponto de encontro de moradores de uma comunidade ou ao local de trabalho. Esse topônimo se configura no município da mesorregião Central Potiguar, com o registro de Currais Novos e Parelhas, cuja explicação se justifica por possuir terras planas. Nesse sentido, os moradores dessa localidade se encontravam nas estradas da Fazenda Boqueirão e, em seus cavalos, disputavam corridas. Os animais galopavam emparelhados, lado a lado, sendo, por essa razão, a cidade denominada de Parelhas. E no Oeste Potiguar, temos: Porto do Mangue, que recebeu esse nome por sua proximidade com o mangue, o que assegura trabalho para muitas famílias da localidade.

Somatopônimo é empregado quando há uma relação metafórica com as partes do corpo humano ou do animal, como Olho d'Água dos Borges, cidade do Oeste Potiguar, topônimo atribuído em razão de um riacho com o mesmo nome.

Em suma, no tocante às motivações semânticas de natureza antropocultural, destacamos os antrotopônimos, seguidos dos hagiopônimos e dos axiotopônimos como as taxas de maior predominância na região. Essas escolhas revelam, majoritariamente, as influências que os indivíduos e os santos exercem nas denominações. Com relação às pessoas, salientamos que esse caráter influenciador se materializa por intermédio de suas características particulares ou pela titulação e função que desempenham na comunidade.

Apresentamos a seção intitulada causa denominativa, no próximo item, com o propósito de esclarecer alguns pontos que consideramos interessantes e que merecem, a nosso ver, destaque em nossa obra.

4.3 Causas Denominativas

Com base nos resultados deste estudo, convém destacar que a incursão pelas trilhas toponímicas nos provocou inúmeras indagações e especulações. Entre essas inquietações, destacamos a necessidade de identificar as causas denominativas que, a nosso ver, consistem na confirmação da ideia de que a escolha por cada nome de lugar é motivada pela história de vida compartilhada pela comunidade.

Sob essa perspectiva, acreditamos que explorar as causas denominativas é importante para se compreender as motivações que conduziram o nomeador ou o grupo comunitário a eleger determinado topônimo e não outro. É uma ação necessária também por possibilitar o esclarecimento da relação estabelecida entre a escolha do nome e a história do povoado recém-batizado. Assim sendo, as inúmeras possibilidades de seleção lexical, muitas vezes, não observadas no ato denominativo, evidencia como o nome está condicionado ao contexto histórico e social das comunidades.

Inferimos, portanto, considerando essas causas denominativas, que a análise do topônimo por meio da classificação taxionômica não reconstitui os aspectos semânticos e linguísticos que impulsionaram o posicionamento do denominador, ou seja, entendemos que essas taxas, embora fundamentais para a compreensão dos nomes, não contemplam, majoritariamente, os elementos culturais, ambientais, crenças e valores partilhados pelos primeiros povos, elementos, considerados por nós, como motivadores que justificam a escolha dos nomes dos lugares.

A recuperação das causas denominativas, de acordo com Isquierdo (1997), é fundamental para elucidar os elementos que deram origem aos designativos, por essa razão, o cenário nominado torna, de certa forma, possível transformar em real o apego aos acontecimentos, fatos e valores. Logo, a natureza dos nomes proporciona compreender os sentimentos e as lembranças de épocas vividas pela comunidade.

Na presente investigação, catalogamos os topônimos das cidades potiguares mediante a classificação adotada por Dick (1990), contudo, observamos, ao longo do trabalho, que as causas denominativas, fomentadas pelas designações, relacionam-se, principalmente, com os aspectos viabilizados por meio das interpretações da realidade toponímica. Nesse sentido, a escolha do léxico evidencia muito mais do que somente um designativo para o lugar, visto que, ao ser selecionada, essa denominação instiga a presença de alguns elementos fundamentais para a constituição do topônimo, ou seja, esses nomes expressam, por sua vez, de algum modo, indícios de fatos históricos, políticos, sociais, religiosos e culturais. Em outras palavras, as nomeações suscitam nesses nomes outras significações, pois, percebemos que a justificativa pela escolha revela uma história particular na qual se refletem os aspectos socioculturais.

Mais do que um mero ato de nomear, a comunidade linguística exterioriza, nesse processo, aspectos do cotidiano e das valorizações culturais representadas na realização das escolhas lexicais. As causas denominativas estão entrelaçadas, assim, às ideologias, à cultura e à representação do mundo, de acordo com a visão de quem participa da ação denominativa.

Na classificação toponímica, consideramos apenas o topônimo propriamente dito. Ou seja, o foco consiste, especificamente, em observar as marcas presentes no nome do lugar, atentando para as impressões do ambiente e para a forma como essa denominação é apresentada. No tocante às causas denominativas, julga-se contemplar a representação histórica do nome e as justificativas para a escolha, refletindo as atribuições que levaram esse lugar a receber determinado topônimo.

Nesse sentido, destacamos mais uma vez que a nossa obra se respalda na classificação toponímica, no entanto, apesar dessa vinculação teórica, não ignoramos o fato de o léxico toponímico acarretar marcas históricas enraizadas pelo tempo. Sendo assim, nos registros históricos, encontramos relatos de lutas, conquistas, valorização da cultura local, que instigam a nossa reflexão de que os nomes sugerem informações, muito além do que está posto. Ou seja, essas denominações indicam o conhecimento das narrativas de um povo, os fatos curiosos que, muitas vezes, estão desvinculados da classificação do designativo, mas que, de alguma forma, influencia as escolhas lexicais.

As causas denominativas denotam certa inquietação por parte da comunidade, visto que, mais do que representar, os nomes significam enredos locais. Deparamo-nos, nesse caso, com o poder do léxico que alcança a inter-relação entre a denominação e os significados, pois a idealização do nome, de acordo com as características físicas ou históricas são, muitas vezes, repletas de mitos e crenças, mas acima de tudo, representam a cultura viva, na tentativa de manter os fatos visíveis às gerações futuras.

Considerando, portanto, as taxionomias estudadas, observamos a possibilidade de uma outra classificação, caso utilizássemos como base os preceitos que norteiam as causas denominativas. Por exemplo, na denominação o *Rio do Fogo*, na mesorregião Leste Potiguar, catalogada como sendo um hidrotopônimo, se considerássemos as crenças locais, a causa denominativa nos levaria para uma outra classificação, a do animotopônimo, já que, segundo os moradores do povoado, esse denominativo se justifica pelos aspectos que assolam a noção do sobrenatural, uma vez que eles afirmam ter visto um círculo de fogo sobre a lagoa. Esse episódio foi suficiente para nomear o pequeno aglomerado.

Apontamos também a cidade de *São Miguel do Gostoso*, ainda pertencente a mesorregião Leste Potiguar, catalogada neste trabalho como um hagiopônimo. Todavia, de acordo com os fatos históricos, o topônimo poderia ser classificado como um antrotopônimo, pois, segundo registros das pessoas mais antigas da cidade, havia um vendedor ambulante, morador da localidade, que, ao retornar das viagens, contava histórias e notícias advindas das outras regiões, mantendo a população na expectativa desse retorno. Assim, a comunidade sempre o aguardava ansiosa por sua chegada. Além desse fato, o vendedor tinha uma risada contagiante o que o deixou conhecido como um homem do sorriso gostoso. Esse acontecimento histórico torna-se mais representativo para o logradouro do que o nome do arcanjo da igreja católica. Essas informações figuram neste trabalho com uma possibilidade de continuidade investigativa, visto que as causas denominativas no processo de compreensão dos topônimos tornam-se de grande importância para o entendimento das particularidades que assola a cultura local.

Assim, a cidade de nome São Miguel do Gostoso se justifica pelo fato de ter sido fundada no dia do arcanjo, considerado pela Igreja Católica como o guardião do povo de Deus, recebendo, desse modo, a classificação taxionômica de hagiopônimo. O acréscimo do denominativo *Gostoso* é defendido pelos antigos moradores como uma homenagem ao vendedor ambulante da cidade, citado anteriormente, como um grande contador de estórias, dono de uma risada considerada pela população como gostosa e, por isso, tornou-se muito conhecido na região. Em função dessas características, surgiu São Miguel do Gostoso. Diante desse fato, de acordo com as causas denominativas, seria classificado como Antrotopônimo.

Tomando por base a ilustração destas diferenças na classificação das causas denominativas, apontamos as demais cidades, de acordo com suas respectivas mesorregiões, as quais apresentam em suas historicidades elementos que favorecem escolhas denominativas singulares. Conforme nossos estudos, são esses aspectos que motivam as escolhas lexicais responsáveis por denominar as cidades potiguares.

Assim, na mesorregião Oeste Potiguar, podemos citar como exemplo de topônimos que apresentam classificação taxionômica diferente, de acordo com as causas denominativas, o município de *Alto do Rodrigues* que, segundo a história local, a comunidade surgiu ao redor da casa grande da fazenda do capitão Rodrigues. E por situar-se em um terreno elevado, à margem do Rio Açu, os moradores passaram a chamar o *Alto Rodrigues*. Assim a relação significativa do nome da família no denominativo local, motiva-nos a classificar esse município como *antrotopônimo*, o que diverge do modo como foi categorizada, como sendo um *dimensiotopônimo*, topônimo relativo à altura do acidente geográfico, nesse caso, o vocábulo *alto*.

Já no tocante à cidade de *Encanto*, as narrativas locais atribuem a nomeação do município ao “Pico do Encanto”, formação rochosa localizada nas cercanias da cidade, pela elevação do terreno, dado que nos leva a concluir que se trata de um geomorfotopônimo, visto que foi essa topografia que deu origem ao nome do município, o que difere da classificação taxionômica atribuída ao lugar que foi o animotopônimo. Com relação à cidade de *Paraná*, ainda no Oeste Potiguar, consideramos esse topônimo como sendo um hidrotopônimo, de acordo com o modelo taxionômico adotado em nossa obra, todavia, conforme consta na historicidade popular, mais precisamente no site do IBGE Cidades, o topônimo Paraná é oriundo do senhor Vicente Paraná. Quando as pessoas iam visitá-lo, diziam que iam para Paraná, ficando assim estabelecido pelos moradores e circunvizinhos o nome do povoado que se classificaria como sendo um antrotopônimo.

Convém registrar também, no Oeste Potiguar, a cidade de *Fruitoso Gomes*, uma homenagem ao agricultor querido e muito conhecido na região, que doou uma faixa de suas terras para a instalação da Estação Ferroviária, possibilitando o desenvolvimento local, o que categoriza como um antrotopônimo, conforme as causas denominativas. Por conseguinte, a cidade está classificada como um fitotopônimo, em virtude de o léxico *frutuoso* remeter a uma árvore frutífera.

Na mesorregião Central Potiguar, mencionamos a cidade de *Pedra Preta*, que recebeu esse denominativo devido as terras ficarem próximas ao rio do mesmo nome. Assim o topônimo pode ser classificado como hidrotopônimo, no entanto, o modelo taxionômico de Dick (1990)

propõe que se analise o léxico toponímico como está posto, de forma que *pedra* se apresenta na categoria do litotopônimo.

Do mesmo modo, temos as cidades de *Santana do Matos* e *Santana do Seridó*. Segundo o dicionário Aulete *online*, a palavra *Santana* significa variedade de pêssegos, assim sendo, em nossa obra, classificamos como fitotopônimos. Entretanto, partindo do viés das causas denominativas, temos hagiotopônimos, pois sabemos que, conforme o cristianismo, *Santana* ou *Sant'Ana* é o nome da avó de Jesus, considerada santa pela igreja católica.

Analisando ainda as cidades da mesorregião Central Potiguar, apresentamos *São João do Sabugi*, que em conformidade com a classificação taxionômica de Dick (1990), temos um hagiotopônimo, já que o vocábulo *São* é comum para iniciar nomes de santos da igreja católica. Apesar disso, quando buscamos as causas motivadoras para o surgimento desse nominativo, aparece como sendo fator relevante o Rio Sabugi, em cuja margem o povoado nasceu, logo podemos classificar esse topônimo como sendo um hidrotopônimo.

Para finalizar a mesorregião Central Potiguar, registramos *Ouro Branco*, cujo topônimo se classifica como litotopônimo por se tratar de um mineral, todavia, a história do povoado remete a nomenclatura à grande predominância da cultura do algodão que, na época, era motivadora da economia da região, dessa forma, podemos dizer que temos um ergotopônimo por ser um elemento representativo da cultura material.

Seguimos nossa exposição apresentando a cidade de *Lagoa dos Velhos*, na mesorregião Agreste Potiguar. Segundo a tradição local, um casal de velhos morava às margens de uma lagoa, nos anos de 1800 e 1820, e a presença dos idosos serviu de referência para a população que sempre dizia ir à lagoa dos velhos, influenciando assim, o nome do povoado. Dessa forma, se considerarmos os valores históricos da região, admite-se a classificação toponímica do cronotopônimo, por tratar dos indicadores cronológicos baseado nos adjetivos velho e novo. Por sua vez, em nossa obra, afirmamos que se trata de um hidrotopônimo, apoiado pelo topônimo *lagoa*.

Outro exemplo de possível mudança na classificação toponímica é a cidade de *Ruy Barbosa*, pois sabemos que se trata de um nome de pessoa, o que o torna um antrotopônimo, mas além de um nome próprio, temos um denominativo que representa a história do Brasil, afinal, Ruy Barbosa foi destaque como diplomata e político, assim como um membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Por tantos motivos, acreditamos que o topônimo que materializa seu nome poderia ser classificado como um historiotopônimo, posto que Ruy Barbosa foi um membro ativo dos movimentos históricos de sua época.

Finalizando a mesorregião Agreste Potiguar, temos *Monte Alegre*, o único município da região metropolitana de Natal que não pertence ao Leste Potiguar, conhecida como a cidade sorriso do Agreste, o que respalda a tese de que o adjetivo alegre foi um elemento fomentador para o designativo do lugar. Assim, a cidade pode ser classificada como um animotopônimo, por representar o espírito de entusiasmo e bem-estar do nomeador, diferindo da classificação realizada em nossa obra, que atribui ao topônimo *monte* o elemento motivador, sendo, assim, um geomorfotopônimo.

Desse modo, expomos, a seguir, os municípios, considerados por nós, de natureza dupla, em razão de entendermos que estas causas denominativas não expressam dúvidas em suas designações. Acreditamos que essa abordagem figura como uma etapa necessária à compreensão dos municípios potiguares, já que não nos é possível ignorar a realidade apontada pelos dados da investigação, logo não poderíamos deixar de mencioná-las em nossa obra.

4.3.1 Motivações toponímicas de natureza dupla

Identificamos, nesta pesquisa, três (03) cidades potiguares que nos possibilitam atrelar a história semântica dos designativos a duas possíveis taxionomias, são elas: Baraúna, Portalegre e Touros. Essas cidades nos instigam o desejo de aprofundar esta investigação sobre a toponímia dos lugares, visto que não nos foi possível afirmar com segurança como se materializam as denominações desses municípios. E, com base em narrativas que nos motivam a traçar percursos diferentes, expomos as informações sobre cada um.

Baraúna é uma cidade pertencente à mesorregião Oeste Potiguar, com uma população de 24.182 habitantes e localiza-se a 315 quilômetros da capital Natal. De acordo com os moradores mais antigos, existem três explicações distintas para a origem do topônimo Baraúna. Inicialmente foi chamada de “Rancho do Sabiá”, nome colocado por tropeiros que, em um período distante, faziam a travessia entre Mossoró/RN e Russas/CE, montados em burros, que eram utilizados como animais de carga e, depois da longa viagem, descansavam sob um pé de sabiá, também conhecido como sabiazeiro, planta típica do Nordeste brasileiro. De acordo com a história, a mudança para Baraúna aconteceu, porque um senhor conhecido como Preto Velho, morador da cidade de Mossoró, ficou conhecido pela alcunha de Baraúna. Esse senhor caçava pela região e, devido à grande fartura de presas, ele ficou famoso no lugarejo pela quantidade de caça e, por essa razão, as terras passaram a ser chamadas de “As terras de Baraúna”. Essa explicação justifica uma das versões para o surgimento da denominação da cidade.

A segunda versão é que, na vizinha cidade de Mossoró, tinha um morador intitulado como herói, cujo nome era Alexandre Baraúna e, por isso, a pequena vila foi batizada de Baraúna, em sua homenagem. A figura de Alexandre Baraúna torna-se motivadora para a denominação da cidade, de acordo com a interpretação realizada por alguns dos moradores. Logo, a classificação toponímica é o antrotopônimo, pois atribui nome próprio de pessoa a um lugar. Podemos conferir que essa escolha lexical é uma tentativa de resgatar a importância atribuída a um homem simples, porém, cheio de coragem, considerado pelo povo como um verdadeiro herói, que, segundo a história retrata, lutou na Guerra do Paraguai para defender seu país e para representar sua cidade natal – Mossoró.

Já o historiador Luiz da Câmara Cascudo (1968) afirma que o topônimo surgiu por causa de uma planta de nome “Ibiraúna”, versão contestada pelos moradores. Sobre esse topônimo, no dicionário *on-line* de tupi-guarani ilustrado, o nome baraúna significa árvore. Se considerarmos a denominação defendida por Câmara Cascudo, podemos definir esse topônimo como fitotopônimo, sendo de natureza semântica física, taxa que se refere à vegetação. Contudo, não podemos ignorar as histórias contadas pela comunidade que são repassadas de geração a geração, razão pela qual consideramos as diversas explicações como prováveis no entendimento das motivações denominativas.

Com relação a Portalegre, local aconchegante, com 7.320 habitantes, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, a cidade fica a 374 km da capital potiguar e está integrada à mesorregião Oeste Potiguar. Para justificar o topônimo do município, há duas explicações. A primeira refere-se à pessoa de Castelo Branco, que desconhecendo a paisagem local, ao chegar ao alto da serra, pronunciou as seguintes palavras: “É uma porta alegre do sertão”. A partir de então, a Serra dos Dormentes teria sido batizada de Portalegre.

Considerando esse sentido atribuído à cidade, podemos concluir que o topônimo se classifica como animotopônimo. Essa taxionomia é relativa à vida psíquica, ou seja, não pertencente exatamente à cultura física. Assim, um aspecto fundamental para caracterizar essa taxa é o fato de o topônimo revelar o entusiasmo do designador. Segundo Isquierdo (1996), considerar a taxionomia dos animotopônimos pode explicar um estado agradável ou não. Para a autora, a ação de denominar a cidade como animotopônimo revela, em um primeiro momento, a euforia materializada nas denominações positivas e, para as negativas, seria disfórico. Por conseguinte, podemos dizer que conforme a versão apresentada para o denominativo de Portalegre, a cidade é classificada como animotopônimo eufórico, por anunciar um estado agradável da cidade – *porta alegre*.

Contudo, se tomarmos como pressuposto que o município adquiriu essa nomeação em homenagem à Vila do Alentejo em Portugal, dizemos que é um corotopônimo, de acordo com o modelo taxionômico de Dick (1990). As cidades designadas pelos mesmos nomes, e localizadas em regiões distintas, denotam que a colonização portuguesa imprime influências nos diversos lugares. Apesar dessas motivações, em nossa obra como utilizamos o modelo taxionômico de Dick (1990) para classificar os nomes dos municípios potiguares, no qual analisa o léxico toponímico dissociado das possíveis causas denominativas, a cidade de Portalegre caracteriza-se como sendo um morfotopônimo.

Ainda sobre essa cidade, a nossa pesquisa suscita que as formas com as quais Portalegre é nomeada revelam muito mais do que somente diferentes versões para o seu topônimo, visto que a cidade indica as raízes de uma cultura indígena, que expressa a ideia de muita luta pela sobrevivência frente às adversidades da colonização. A história evidencia a resistência, por parte dos índios, à escravidão imposta pelos brancos e a expulsão dos indígenas de suas terras. Sendo, portanto, essa terceira explicação uma justificativa provável para a seleção do item lexical *Portalegre* para nomear o município.

Por último, apresentamos a cidade de Touros, pertencente à mesorregião Leste Potiguar, com 31.089 habitantes, localizada a 84 km de Natal, capital do estado. A cidade litorânea atrai muitos turistas, por suas belas praias, e é conhecida como a esquina do Brasil, devido a sua localização geográfica.

Segundo o IBGE Cidades, o topônimo do município tem duas supostas explicações. A primeira relata que a cidade foi intitulada como Touros em razão de existir um rochedo, provavelmente, na Praia do Marco, que mais parecia com a cabeça de um touro, animal da espécie gado-bovino-doméstico, um macho reprodutor que cruza com as fêmeas férteis para conseguir a descendência. Além disso, segundo Trindade (2010), a Praia do Marco recebeu esse nome, pelo fato de ter sido o primeiro lugar na costa brasileira a desembarcar uma tropa portuguesa, no ano 1501. Nessa época, para registrar a passagem pelo local, deixou em solo potiguar um marco materializado pela gravação da cruz de malta portuguesa em uma rocha, com o intuito de atestar a posse do território. Atualmente, o marco é considerado um dos principais monumentos históricos do Rio Grande do Norte.

Sendo assim, o fator que teria influenciado a denominação do município pertence à taxionomia dos litotopônimos. Isso significa que o topônimo é de índole mineral, já que a rocha supostamente vista pelos portugueses seria a motivadora principal para a escolha do nome da cidade. Essa retomada da história de formação da cidade é uma tentativa de

entender como o espaço geográfico e/ou o homem em meio às vivências sociais atribuem um valor semântico aos lugares que orientam a historicidade do município.

Todavia, contamos também com mais uma narrativa para justificar o topônimo da cidade de Touros. Conforme consta no *site* do IBGE Cidades, o município teria sido batizado com esse nome em consequência da grande quantidade de rebanho bovino existente na região. Se considerarmos essa explicação, podemos afirmar que a classificação taxionômica que melhor explica a motivação semântica é o zootopônimo, visto que é relativo à natureza animal. Com uma vegetação que contribui para a cultura diversificada de animais, em especial, para a criação doméstica e, conseqüentemente, visando a favorecer a expansão econômica e sociocultural, em muitos povoados eram construídos os currais, que no decorrer do tempo, serviam como motivação para o surgimento das vilas, que se transformam rapidamente em municípios.

Por fim, constatamos que os topônimos podem evidenciar, em sua origem, além dos aspectos relativos aos fatos de natureza semântica, a história que sempre se fez presente no cotidiano dos munícipes. Resgatar essas narrativas lembra-nos de nossas origens e da importância da pesquisa léxico-toponímica, uma vez que muito mais que um nome, a denominação leva-nos de volta a um passado, muitas vezes, desconhecido pelos sujeitos que, atualmente, fazem parte de uma nova história ou de uma nova cidade.

Desse modo, para concluir, seguimos nosso percurso analítico observando os aspectos semânticos que influenciaram a classificação taxionômica da cidade de Mossoró. Essa denominação possibilita várias justificativas.

4.3.2 Mossoró: um topônimo à parte

Nesta seção, destacamos a cidade de Mossoró, que, classificamos como sendo de natureza semântica antropocultural, cuja taxionomia remete à cultura indígena, e faz referência, ainda, aos elementos étnicos, assim as motivações estão relacionadas também aos aspectos socioculturais e às questões ambientais. À vista disso, categorizamos a cidade de Mossoró como sendo um etnotopônimo, uma vez que esta denominação se relaciona diretamente aos primeiros habitantes, os índios monxorós, que marcam a história da cidade com narrativas de lutas e de resistências.

De acordo com o *site* do IBGE Cidades, esse topônimo faz referência aos índios monxorós, cujas informações contemplam a descrição dos povos, apontados como de estatura baixa, com o formato da cabeça achatado e que apresentam como características principais a habilidade para guerrear e a capacidade de serem silenciosos nestas batalhas. Outro ponto

interessante identificado é que os indígenas chegaram a terras mossoroenses após terem sido expulsos da região dos Dormentes, atualmente conhecida como Portalegre.

Outra versão para a explicação desse topônimo, e também defendida por alguns estudiosos, é que a palavra Mossoró, por ter significado tupi, pode-se deduzir que se refere a “erosão, corte, ruptura”, ou até mesmo pode se relacionar a um tipo de vento periódico. Essas afirmativas se baseiam na tradução do topônimo. Dessa forma, poderíamos considerar esse denominativo, com base no valor semântico, como um meteorotopônimo, que é relativo a fenômenos atmosféricos.

Ademais, os pesquisadores ainda citam uma outra possível justificativa para o nome de Mossoró, originado da palavra “mororó”, que seria um tipo de árvore resistente e flexível e, por tais características, poderíamos dizer que o topônimo em questão seria classificado como um fitotopônimo. Essa explicação parece não ter muitos adeptos, visto que há poucas informações sobre essa possível motivação, mas consideramos importante o destaque para que provoquemos outros aprofundamentos na busca por mais elementos que justifiquem os dados apresentados nesta obra.

Diante, portanto, dessas diversidades de possibilidades, optamos por manter a vinculação deste topônimo à motivação semântica que nos instigou a classificar Mossoró como um etnotopônimo. Essa escolha se materializa em nosso texto por dois fatores: o primeiro, porque o nosso trabalho mantém como fonte os posicionamentos defendidos pelo *site* do IBGE Cidades, como já citamos anteriormente, sendo, pois, dessa forma que o instituto compreende a origem da cidade; e o segundo fator é que, mesmo havendo outras possíveis versões para o topônimo de Mossoró, os historiadores não ignoram o fato de se considerar a presença indígena na região e de ela ter influenciado e possibilitado os traços culturais que Mossoró ainda revela atualmente. Ademais, o município apresenta muitas das características e das peculiaridades indígenas, como a valorização cultural e também dos elementos que marcaram a bravura e a coragem desse povo potiguar, o que transforma a cidade em um berço cultural muito prestigiado pelas cidades circunvizinhas.

Conhecida como a Terra do Sal, Mossoró fica a 290 km da capital, Natal. É a segunda maior cidade do RN, conta com uma população de 259.815 habitantes e revela um passado histórico repleto de grandes acontecimentos importantes. Tudo isso atribui um valor ao município e proporciona um memorável desenvolvimento da cidade. Com a abolição dos escravos no ano de 1883, Mossoró marca seu nome na história como a primeira cidade do país a libertar os escravos. Em outras palavras, a criação da Sociedade Libertadora Mossoroense se configura como uma importante contribuição para o processo de divulgação dos ideais de

libertação. Sem muita resistência e com esse ideal de espírito libertador, os mossoroenses, mais uma vez, fazem história e, no dia 30 de setembro de 1883, liberta todos os seus escravos. O município antecedeu o feito cinco anos em relação ao restante do país e a data, atualmente, faz parte das comemorações da cidade.

Mossoró também contou com outro momento de determinação e de protagonismo feminino, incomum para a época: as mulheres mossoroenses foram às ruas protestar contra a decisão do governo de levar os filhos e os maridos para a guerra, mesmo sendo o alistamento obrigatório no Brasil. Segundo consta no *site* da prefeitura da cidade, as mulheres foram até o cartório do município e rasgaram as fichas do alistamento militar, em seguida, saíram às ruas em sinal de protesto. Sem ter alternativa, o governo não teve outra saída senão acatar a decisão do grupo, composto por trezentas mulheres. Esse movimento ficou conhecido como “O motim das mulheres”, fato ocorrido em 4 de setembro de 1875.

Em 1928, Mossoró volta a fazer parte da história novamente, sendo palco de mais uma vitória das mulheres: o direito ao voto. Enquanto a Constituição brasileira só permitia o voto aos ricos, a professora Celina Guimarães Viana foi a pioneira nessa luta e conquista o direito de votar, abrindo caminho para que outras mulheres tivessem a mesma permissão. Sendo assim, e de acordo com os pesquisadores, a maior cidade do Oeste Potiguar dá um passo decisivo na história do país, sendo a primeira cidade a receber um voto feminino. Já no Brasil, as mulheres só puderam votar a partir do ano de 1934, segundo as informações retiradas do *site* da prefeitura de Mossoró - RN.

A terra do sal tornou-se a terra da resistência, mais uma vez, após a expulsão dos cangaceiros de Lampião, episódio esse que até hoje é recontado pelos grupos de teatro da cidade, como por exemplo, por meio do conhecido espetáculo “Chuva de bala no país de Mossoró”, que mostra a determinação e a coragem de um povo que sempre esteve à frente do seu tempo. Segundo os historiadores, foi em 13 de junho de 1927 que o bando de Lampião invadiu a cidade e foi surpreendido por um grupo significativo de mossoroenses dispostos a lutar em nome do município, e a capela de São Vicente é considerada palco de uma batalha histórica. Com a chuva que caía do céu e a chuva de bala que encurralava os cangaceiros, de acordo com os dados retirados do *site* da prefeitura local, os resistentes expulsam o temido bando de Lampião, feito memorável que jamais deixou de ser lembrado pela população.

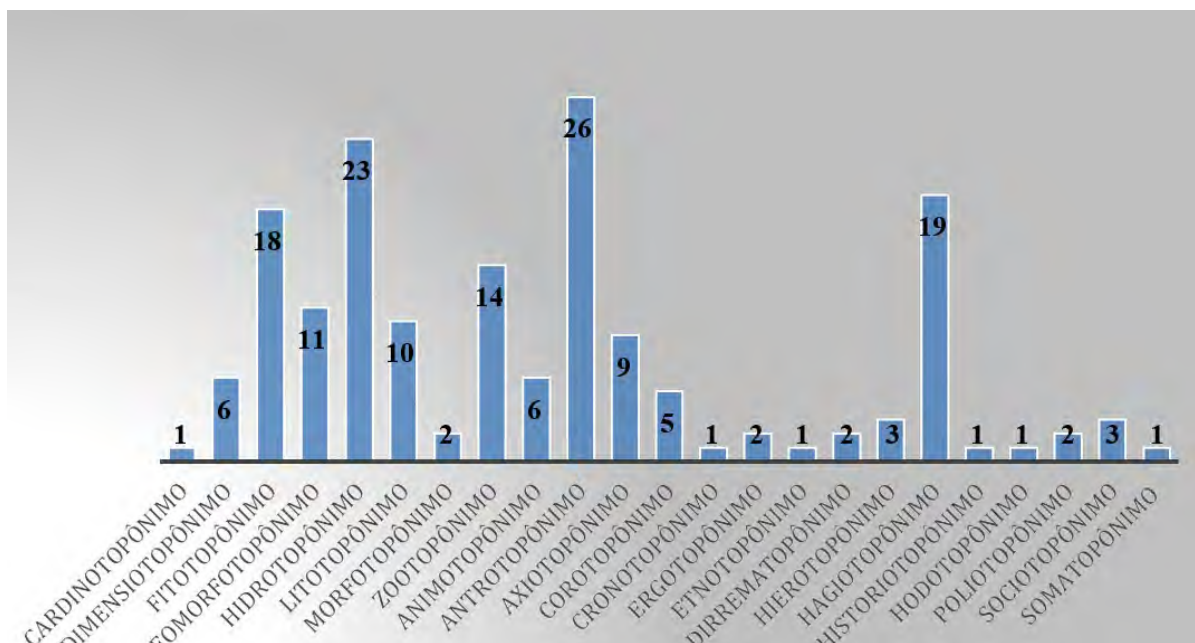
Foi o espírito lutador do povo de Mossoró que honrou suas raízes, afinal, os índios monxorós eram conhecidos como guerreiros, de uma cultura resistente. Sem jamais esquecer de onde veio, o município ganhou fama e, até hoje, demonstra na história toponímica a perseverança e a determinação já vista e já vivida pelos seus antepassados.

Perante os aspectos semânticos apresentados nas seções anteriores, encaminhamo-nos para a síntese toponímica do Rio Grande do Norte, na qual destacamos alguns elementos geográficos e/ou culturais que consideramos como fatores importantes nas escolhas taxionômicas das cidades pesquisadas.

4.4 Síntese Dos Topônimos Do Rio Grande Do Norte

De acordo com os registros, expomos de forma sumariada os dados referentes à distribuição toponímica das cidades potiguares, atentando para a proporcionalidade nos números de ocorrências. Esses dados revelam a interferência e a representatividade do espaço geográfico, assim como a presença dos fatores socioculturais textualizados nas escolhas denominativas.

Gráfico 5 - Distribuição numérica dos topônimos das cidades potiguares analisadas



Fonte: Autoria própria

De acordo com as informações explicitadas no Gráfico 5, constatamos uma divisão equilibrada entre as taxas de natureza física e as de natureza antropocultural, demonstrando que tanto os acidentes naturais geográficos quanto os humanos são mobilizados no ato de nomear as cidades do estado do Rio Grande do Norte.

Ao observarmos os números referentes às taxas de natureza física, registramos a maior ocorrência na taxionomia hidrotopônimo, com um total de vinte e três (23) municípios; em seguida, aparece o fitotopônimo, com dezoito (18) e o zootopônimo, com quatorze (14). Já o geomorfotopônimo, apresenta um quantitativo de onze (11) municípios, e o litotopônimo,

com dez (10). Com seis (06) cidades, aparece a denominação na taxa dimensiotopônimo, já o morfotopônimo, com dois (02) municípios e com apenas uma (01) cidade, aparece a taxionomia cardinotopônimo.

Nas taxionomias de natureza antropocultural, os números se assemelham, mas o destaque está na presença da taxa antrotopônimo, com vinte e seis (26) cidades. Quanto às demais, aparecem dezenove (19) cidades para a taxa do hagiotopônimo. Com relação à taxionomia axiotopônimo, apontamos nove (09) cidades. Já nos Anomitopônimos, temos seis (06) municípios, e no corotopônimos, encontramos cinco (05) cidades. As taxas dos hierotopônimos e sociotopônimos apresentam três (03) registros.

Quando classificamos o ergotopônimo, dirrematopônimo e poliotopônimo, verificamos o registro de dois (02) municípios, respectivamente, para cada uma das taxas. Para finalizar, no cronotopônimo, etnotopônimo, historiopotônimo, hodotopônimo e somatopônimo, todas as taxas apontam apenas uma (01) cidade para cada.

Diante dos resultados expostos, observamos que a posição geográfica foi um marco para o desenvolvimento das navegações, do crescimento e do progresso das cidades, que buscavam uma localização favorável para o escoamento das produções, assim como, podemos dizer, para nomeação dos povoados. Nesta obra, a cidade que se classifica com essas características é definida como cardinotopônimo.

A localização das cidades implicou, de certa forma, no processo de escolhas das denominações, o que pode se relacionar diretamente com os pontos cardeais, mediante a orientação pela rosa dos ventos ou, também, pelas coordenadas geográficas, que são linhas imaginárias capazes de estabelecer limites na superfície terrestre, alinhadas ao eixo de rotação do planeta. Por conseguinte, destacamos que a escolha de um nome para “batizar” um lugar, tomando a posição geográfica como denominativo, não é muito comum no Rio Grande do Norte, por isso, essa taxa tem pouca representatividade.

Por sua vez, quando a escolha denominativa está diretamente relacionada às características dimensionais dos acidentes geográficos como extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade, catalogamos como pertencente à taxa do dimensiotopônimo. Nesta taxionomia, conserva-se o campo visual como fator importante, exteriorizando a imensidão do lugar eternizada no topônimo local. Apesar de o Rio Grande do Norte apresentar uma geografia territorial extensa e com terras planas, encontramos pouca visibilidade nessa taxionomia.

Por conseguinte, na taxie do fitotopônimo, os vegetais que constituem a flora brasileira, além de diversificados, extrapolam a possibilidade de categorizá-los de maneira mais minuciosa, afinal, muitas plantas já não existem mais, e um dos fatores para esse desaparecimento, por exemplo, é a extração ilegal. Outro fator que podemos citar é a questão climática, pois muitas variedades de espécies não conseguiram evoluir devido às bruscas mudanças do clima que vêm acontecendo nos últimos anos.

Por conseguinte, o bioma brasileiro, com suas riquezas inquestionáveis, foi elemento indiscutível para o ato de nomear. A vegetação predominante em cada região do país é referência para uma diversidade toponímica que salienta como o vegetal foi essencial e determinante para a escolha denominativa. Nesse sentido, as espécies vegetais citadas como elementos onomásticos se incluem na taxie do fitotopônimo. No que concerne ao estado potiguar, constatamos de que forma a caatinga e as árvores nativas da região, como carnaúba e umarizeiro, estão representadas nessa categoria taxionômica, demonstrando a importância e a altivez com que o sertão se impõe nos designativos.

Na taxionomia do geomorfotopônimo, as escolhas dos elementos designativos permitem, por meio da ação de reportar, as características das formas topográficas, como elevações ou depressões do terreno, para a categoria dos topônimos. Surge, assim, uma variedade de signos onomásticos, possibilitando a descrição das particularidades topográficas da região. Essa nomeação se explica, ainda, pelo fato de ser considerada uma sugestão com base no elemento utilizado pela linguagem do grupo, uma vez que se conhecia o léxico, mas não exatamente relacionado a uma característica do lugar, logo, denominar a cidade com esse topônimo parece ser mais uma ação motivada pelo conhecimento cristalizado na comunidade ou pela importância do ponto de vista linguístico.

Quanto ao hidrotopônimo, as águas, de modo geral, sempre foram importantes para o crescimento populacional de todo o país, afinal, são consideradas as responsáveis para se chegar às terras desejadas, no caso desta obra, às terras potiguares. Sobre esse pensamento Dick (1990, p. 196) acrescenta que “[d]esde épocas remotas da história da humanidade, a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio. Grandes civilizações nasceram e se desenvolveram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas”. Sendo assim, a água, além de vital para sobrevivência humana, foi, e continua sendo, significativa para o desenvolvimento econômico.

Sob essa perspectiva, podemos considerar que a motivação toponímica se revela de diferentes formas, nesse processo denominativo, contemplando desde o recorte espacial realizado pelo nomeador até as análises além dos contornos geográficos. A partir dos acidentes

hídricos, pode-se resgatar elementos motivadores para designar os lugares, conforme destacamos. Esses elementos, não apenas os de natureza sociocultural, bem como as crenças e os valores regionais, evidenciam a magia advinda das águas. Com base nesse pensamento, Dick (1990, p. 197) acrescenta que esse líquido precioso “[l]evou a criar lendas e figuras míticas, poemas e cantos, sagas de uma raça”. São esses valores comuns às comunidades e às povoações que transformam o espaço geográfico, antes sem vida, em um lugar de tradição e de cultura comunitária.

No Rio Grande do Norte, os rios são sinônimos de riqueza e de vida, os valores semânticos atribuídos aos “gigantes que correm” aproximaram a cultura e o interesse coletivo. Destacamos os principais e os maiores rios do estado: o Rio Piranhas – Açu, que ocupa uma superfície de 17.498,5 km², correspondendo a cerca de 32,8% do estado, sendo um dos rios mais importantes, e nomeia uma das cidades estudadas, o município de *Jardim de Piranhas*, que recebeu esse topônimo por ficar situado próximo ao rio; o Rio Potengi, que apresenta uma bacia hidrográfica de 3.180 km², é de grande importância histórica para o Rio Grande do Norte, é de menor porte, porém não menos importante, visto que nomeia a cidade de *São Paulo do Potengi*. De acordo com as causas denominativas e segundo os historiadores, o estado norte-rio-grandense recebeu a nomenclatura de *Rio Grande* em sua homenagem, por se tratar de um curso d’água extenso, que, posteriormente, acrescentou o *Norte* para diferenciá-lo do estado com a mesma denominação ao sul do país.

Dentre as denominações ligadas à taxionomia do hidrotopônimo, identificamos, ainda, *Poço Branco* e *Rio do Fogo*. Mesmo não sendo de grande importância hidrográfica para o estado, de modo geral, essas porções d’água marcaram e tiveram uma motivação significativa para seus nomeadores, tanto que evoluíram para um nome próprio. Vemos que esse processo de mudança aconteceu graças à relação homem/natureza que, de modo geral, contribuiu para definir a hidrografia como elemento motivador dos nomes dos 23 municípios potiguares.

A existência de ouro e de pedras preciosas no território brasileiro motivou a nomeação dos lugares, e a taxionomia que delimita esses elementos é a do litotopônimo. As descobertas dos minerais mudaram a vida dos habitantes da terra de Santa Cruz, e essas mudanças sócio-históricas transformaram as características do lugar, da mesma maneira que a vida dos habitantes.

A expressividade toponímica apresentada por essa categoria taxionômica, em solo potiguar, apresenta-se mediante a manifestação mórfica, ou seja, a natureza constitutiva dos solos. A exploração do solo, de certa forma, também ajudou na estabilidade da sociedade, uma vez que, ao encontrarem terra propícia para o cultivo, os povos fixaram residências e nomearam

os povoados. As rochas, com suas diversas características, também foram utilizadas como forma de designação dos lugares, vislumbrando a exuberância desses terrenos.

No tocante à taxionomia dos morfotopônimos, é notável que a ação de eleger determinado topônimo, com destaque para seus aspectos físicos, permite que se encontrem elementos na própria taxa que induzem à classificação. Em outras palavras, além dos fatores visuais e do ambiente físico, tem também o fator linguístico, que permite evidenciar a relação entre léxico e ambiente mobilizada pelo nome do espaço recém-habitado.

Com relação à taxa do zootopônimo, que permite cristalizar nos topônimos a motivação semântica mediante os nomes de animais, faz-nos inferir quão estreita sempre foi a relação entre homem e natureza, configurando, assim, uma indiscutível realidade: a importância da caça e da pesca para o estado potiguar, já que essa realidade não se aplica a todo o país. No Rio Grande do Norte, por apresentar uma origem indígena, muitas cidades sofreram influências de nomes de animais da cultura dos nativos, revestidos de importância e de significação, de modo especial, citamos os pássaros e os peixes, bastante representados em nosso estudo.

Na toponímia potiguar, também catalogamos cidades que se classificam na taxa dos animotopônimos, por se tratar de uma categoria que evidencia, além da cultura espiritual, as emoções do nomeador, ou seja, as marcas dos sentimentos experimentados naquele ato denominativo, que são, de certa forma, emoções transferidas para o nome da comunidade mediante impressões do lugar, podendo ser consideradas agradáveis ou não, resultando, assim, em um novo topônimo.

O animotopônimo, apesar de ser pouco representativo em nosso estado, resgata as crenças de fatos sobrenaturais, incluindo a cultura popular, que é percebida em terras potiguares mediante registros dos fatos históricos e dos acontecimentos. Por outro lado, como já apontamos, dentre as taxionomias de natureza antropocultural, a mais recorrente, baseada nas cidades analisadas, é o antrotopônimo, com 26 cidades, que em sua maioria homenageiam os moradores da região ou alguma pessoa importante para o estado.

Relembramos que o aspecto caracterizador dessa taxa é o uso do nome de pessoas para denominar as cidades. Ressaltamos que a utilização de nome individual como mecanismo de nomeação geográfica, muitas vezes, acontece pelo modismo ou simplesmente pelo fato de o nomeador não conseguir atribuir outro designativo para o meio social do qual faz parte. Conforme apresenta Dick (1990, p. 34) sobre a natureza do signo linguístico, “[o] elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo de motivação em que, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada”. Essa escolha define o

grupo social determinante para denominação, revelando, principalmente, a forma como se idealiza o nome individual.

O que não podemos ignorar é o fato de que as escolhas dos nomes de pessoas para designar um território possibilitam, muitas vezes, conservar na memória de seu povo as histórias regionais que narram os feitos de alguém importante no momento dessa denominação. Vimos que os aspectos semânticos, resultantes das escolhas denominativas, representam uma verdadeira riqueza lexical e manifestam a cultura de um povo, que mesmo atravessando gerações, permanece viva na memória designativa do lugar. Por isso, o antrotopônimo revela um resgate das tradições familiares, das influências históricas e políticas, mas, acima de tudo, revela os costumes dominantes de uma época e a situação emocional do nomeador.

Outra taxionomia que apresenta aspecto motivador para a escolha lexical dos nomes próprios é o axiotopônimo. Por retratar a história sociocultural de uma época, essa taxa revela as características político-ideológicas do sujeito. Dessa forma, homenageavam-se pessoas ilustres, atribuindo seus nomes ao lugar em que viviam. Podemos citar como exemplo a cidade de *Governador Dix-Sept Rosado*, que homenageia o então governador da época pelos serviços prestados em relação ao desenvolvimento econômico da região.

O corotopônimo apresenta uma particularidade que sugere uma homenagem, em outros termos, por se tratar de um topônimo que apresente, em seu denominativo, o nome de uma outra cidade, país, região ou continente. Acreditamos que, se o ato designativo se materializa de forma harmoniosa, podemos afirmar que se trata de uma homenagem, contudo, se o batismo da povoação aconteceu de maneira impositiva, como apresentamos na história do Rio Grande do Norte a forma como se configura o surgimento das primeiras vilas, supomos que, nem sempre a escolha denominativa partiu de um feito em que todos concordavam. Por esse motivo, ressaltamos a importância de atrelar ao valor semântico do denominativo a história do logradouro.

Por sua vez, quando um denominativo se constitui de um adjetivo novo/nova ou velho/velha, ele se refere a um cronotopônimo. Nomear um novo logradouro considerando elementos linguísticos já existentes faz parte do processo de nomeação, e, para diferenciá-lo do lugar vigente, usam-se esses adjetivos. Esse caráter temporal materializado pelo uso do léxico novo e velho favorece a retomada de um nome, contudo, diferenciando-o por essas características. Esses recursos possibilitam um novo valor ao léxico toponímico e ao lugar.

A taxa do ergotopônimo representa os elementos da cultura material, desde peças de vestuários a construções. Essa é uma taxa bem representativa e expressa certa influência denominativa no estado, pois a cultura sertaneja do homem do campo fica evidente nas

denominações referentes a essa taxa, como por exemplo, *Pilões e Cruzeta*: a primeira reporta a um objeto bastante usado pelas mulheres sertanejas para pilar alimentos típicos da região, como milho para produção do fubá; já a segunda cidade suscita um objeto muito usado nos ritos religiosos que enraíza a cultura atrelada à fé de um povo.

O etnotopônimo representa um período histórico, já que esses topônimos referem-se, de modo geral, aos elementos étnicos. No tocante ao estado potiguar, está relacionado à presença real de um grupo étnico que influenciou a denominação da cidade de *Mossoró*, o grupo indígena monxorós. Com relação às frases e aos enunciados, impressões do local nomeado descritas por meio desses elementos linguísticos, configuram-se na taxionomia do dirrematopônimo. Essas nomenclaturas que parecem injustificáveis, na verdade, fazem parte da história contada por gerações, na tentativa de fundamentar a designação local. Nessa taxa, chama-nos a atenção as narrativas encantadas e cheias de detalhes de uma época em que o registro das crônicas cotidianas só acontecia mediante a narração oral dos fatos. Assim, se as histórias realmente aconteceram, não sabemos, o que podemos comprovar é que os nomes das cidades que compreendem essa classificação taxionômica são encantadores e explicitam a convivência social de um povo cheio de contos para recontar.

Em relação ao hierotopônimo, estão os nomes sagrados das mais diferentes crenças, contudo, no Rio Grande do Norte, chegamos ao entendimento de que a influência da cultura portuguesa, que, por sua vez, tinha a religião católica como sendo a fundamentadora da fé do país, determinou a presença lexical de termos ou de palavras de cunho cristão, e isso é percebido por meio dos topônimos analisados. A influência europeia tornou os nomes das cidades potiguares ainda mais distintos.

Ainda sobre a influência denominativa de valores religiosos, temos o hagiopônimo. Por apresentar o nome de um santo ou santa da Igreja Católica no léxico toponímico, o estado do Rio Grande do Norte revela um número considerável dessa categoria taxionômica, conservando valores que contemplam, além da cultura, também o espaço religioso, que, por vezes, foi o único socorro de um povo sofrido e persistente diante das adversidades. Atribuir a um lugar o nome de um santo ou de uma santa da Igreja Católica era, de certa forma, uma maneira de expressar a fé de uma comunidade.

São muitas as histórias e os valores percebidos nas análises de um topônimo. Por exemplo, quando o nome de um marco histórico-social e/ou de membros de um movimento é elemento motivador de um denominativo de um lugar, esse recebe a classificação taxionômica de historiopônimo, como no caso do município de *Riachuelo*, nome que homenageia uma batalha naval da qual o fundador da cidade participou.

As vias de comunicação, sejam elas uma reta, uma curva ou cruzamentos, entre outras, também são princípios norteadores de topônimos. As características dos caminhos que servem para entrada e saída de cargas ou de pessoas recebem uma classificação específica, hodotopônimo. No Rio Grande do Norte, com apenas um denominativo característico dessa taxa, temos a cidade de *Passagem*, justamente por apresentar as melhores possibilidades de travessia, pelo Rio Jacu, aos viajantes.

O uso dos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial eram muito comuns na escolha denominativa, já que caracterizavam o lugarejo como um espaço em princípio de desenvolvimento, desta forma, os municípios que hoje trazem essas palavras em seus topônimos são classificados como poliotopônimo, a citar, *Vila Flor*; cidade que conserva na nomenclatura os traços coloniais.

A classificação taxionômica do sociotopônimo resgata as atividades profissionais, locais de trabalho ou ponto de encontro de membros de uma comunidade, como é o caso do município de *Parelhas*. Os membros da comunidade, quando iam para a Fazenda Boqueirão, aproveitavam o caminho largo para correr em seus cavalos, disputando quem era o mais veloz. Esse lugar tornou-se o ponto de encontro para conversas aleatórias e para a diversão dos indivíduos.

Por fim, apresentamos o somatopônimo, que é o topônimo utilizado quando fazemos uma relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal. Apesar de não ser comum no Rio Grande do Norte essa atribuição figurativa, ainda assim, catalogamos a cidade de *Olho d'Água dos Borges*, que integra no nome da cidade um membro próprio do corpo humano e animal.

Diante do panorama geral das cidades potiguares analisadas, de acordo com a classificação taxionômica de Dick (1990), nossos estudos demonstram que os topônimos do Rio Grande do Norte esclarecem os aspectos semântico-lexicais mediante as características individuais de cada lugar, com destaque para a memória de um povo que testemunha nos aspectos geográficos e culturais os motivos para indicar nomes que correspondem a situações vividas.

Por meio desse panorama, tecemos as conclusões sobre esta investigação, apontamos as possíveis justificativas para a seleção do léxico toponímico de cada cidade potiguar, assim como, destacamos as razões que nos levaram a trilhar esse caminho.

Capítulo

Considerações Finais

5

Diante desse contexto, reconhecemos que nosso estudo se estabelece como inacabado e, por essa razão, encerrar esta investigação não representa finalizar as discussões ou dar por encerrado o assunto, pelo contrário, para nós, esta pesquisa ainda se encontra em processo de construção e o que concluímos nesta obra é apenas uma das perspectivas delineadas nesse processo inquiridor. Acreditamos ser indispensável apresentar os trajetos apontados e os caminhos selecionados para melhor atender às necessidades deste trabalho, bem como estabelecer os limites investigativos peculiar a cada pesquisa.

Para tanto, recorreremos, metodologicamente, ao modelo taxionômico adotado por Dick (1990), em consonância com os princípios semânticos, apoiados nos valores culturais, em que os sentimentos e os comportamentos do nomeador são materializados na ação de nomear, seja coletiva ou individualmente. Sobre isso, percebemos que as escolhas lexicais denotam o campo de atuação e as particularidades dos sujeitos envolvidos no ato de designar os nomes das cidades.

Destacamos que resgatar as denominações das cidades potiguares não foi tarefa fácil, afinal, as escolhas realizadas pelos denominadores estão diretamente ligadas a fatores socioeconômicos, religiosos, históricos, como também a fatores subjetivos que podem se relacionar ao comportamento psíquico do designador ou à forma como ele se sente perante a área povoada. E, conseqüentemente, essas questões interferem na nomenclatura atribuída ao lugar cujas motivações podem não ser do conhecimento de toda a comunidade, sendo, às vezes, até totalmente desconhecidas pela maioria.

Com a presente pesquisa, notamos que ao término das análises dos topônimos das 167 cidades potiguares, distribuídas em quatro mesorregiões, contemplamos 100% dos municípios que compõem o estado, o que representa um número de grande relevância para os estudos toponímicos. Constatamos que as influências lexicais revelam informações e características imprescindíveis ao campo do léxico toponímico e ao da Semântica Cultural.

Sendo assim, sobre o nosso primeiro objetivo, que propõe *catalogar os topônimos das cidades do Rio Grande do Norte por mesorregiões* delineado na obra, acreditamos que conseguimos alcançá-lo, visto que aplicamos a divisão já realizada pelo IBGE em municípios, por mesorregião, que tem como parâmetro conceitual o desenvolvimento socioeconômico do estado. E, com relação ao quantitativo de municípios para cada mesorregião, identificamos que a Oeste Potiguar totalizou 62 municípios; a Central Potiguar, 37; a Leste Potiguar, 25 e a mesorregião Agreste Potiguar, 43 municípios, totalizando, assim, 167 cidades.

No que se refere ao segundo objetivo, que trata de *verificar as possíveis motivações que embasam as escolhas lexicais presentes nas denominações das cidades potiguares*, catalogamos todas as cidades que compõem o estado do Rio Grande do Norte, identificamos um topônimo específico para cada cidade e, quando não foi possível delimitar apenas um topônimo, justificamos as motivações que sustentaram os nossos estudos com base nos fatos históricos que fundamentam nossos argumentos.

Vale reiterar que o conceito de ambiente, advindo do meio físico e/ou do social, não foi o suficiente para influenciar as escolhas dos nomes dos lugares. Em outras palavras, confirmamos, por meio dos dados expostos, que a cultura presente na localidade não pode ser desvinculada do processo de designação. Sem dúvidas, os costumes populares atrelados ao conjunto das forças naturais e sociais influenciaram o sujeito nomeador que transfere esses estímulos ao local a ser designado. É nessa complexa interação entre o sujeito e o ambiente que se revelam as motivações semânticas para a escolha nominativa, seja por fatores externos (ambiente físico ou social) ou internos (psíquico). Consideramos que, nesse sentido, compreender as razões motivadoras para as escolhas realizadas pelo indivíduo ou pela comunidade revela a necessidade de se retornar à história para entender os itens lexicais utilizados no momento presente.

O nosso terceiro objetivo, que trata de *averiguar a relação entre as denominações e as motivações semânticas que norteiam os itens lexicais no processo de nomeação das cidades norte-rio-grandenses*, atendemos, quando evidenciamos a importância dos aspectos geográficos no território potiguar e demonstramos as contribuições da natureza no processo de construção lexical. Nesse cenário, reafirmamos que a escolha dos topônimos tem uma estreita relação com os aspectos físicos e sociais e com as grandes variedades de plantas, rios, lagos e animais. Esses elementos motivam os mais variados e, por que não dizer, inusitados nomes que denominam as cidades do estado. Sob esse contexto, acrescentamos ser essas particularidades que atestam a esta obra o caráter de uma pesquisa relevante para os estudos da linguagem.

Quanto ao último objetivo de nossa pesquisa, *analisar as possíveis causas denominativas presentes em alguns topônimos das cidades norte-rio-grandense*, consideramos que foi atendido, tendo em vista que apresentamos esses municípios, divididos por mesorregiões, os quais poderiam ter recebido uma classificação taxionômica diferente, se o nosso trabalho tivesse adotado as causas denominativas como princípio teórico. Contudo, não deixamos de apresentar essa possível classificação, que amplia as informações e reafirma o que já mencionamos ao longo de nossa pesquisa, que a história, os valores, as crenças, dentre outros elementos culturais, são os principais motivadores para a escolha de um topônimo.

Diante das análises realizadas, acreditamos que o percurso traçado neste trabalho deu conta de nossa proposição investigativa, em virtude dos dados sobre as denominações das cidades que estão diretamente relacionadas ao repertório lexical do nomeador, conforme salientamos, que, por sua vez, recorreu a esses elementos para nomear os lugares, tomando por base uma visão individual e/ou coletiva. Logo, de modo geral, vimos a demonstração de uma forte ligação entre a história do povoado e a dos seus habitantes. Diante disso, entendemos que o léxico escolhido para denominar as cidades expressa os valores históricos da comunidade ou do povoado que, muitas vezes, se encontram esquecidos ou apagados pelo tempo.

Com o resgate histórico-lexical materializado por meio desta obra, esclarecemos quais os elementos motivacionais que influenciam os designativos dos lugares, pois apesar de muitas vezes o denominativo ter ficado opaco, podemos interpretar os elementos lexicais na tentativa de aproximar o topônimo da realidade local. Por fim, com relação aos topônimos potiguares, verificamos que os traços culturais estão presentes nas escolhas dos nomes das cidades e que a aproximação do homem com o espaço geográfico revela atribuições que lembram a labuta do sertanejo, assim como salienta as crenças que ajudam a enriquecer as peculiaridades locais nordestinas no sentido de ampliar o léxico utilizado por esse povo.

Sob esse entendimento, não tencionamos com este trabalho responder a todas as indagações que suscitam a investigação e esperamos que as discussões provocadas sejam difundidas e multiplicadas. Por essa razão, sugerimos novos caminhos a partir dos resultados descritos, entre os quais destacamos a produção de um Atlas Toponímico do Rio Grande do Norte.

Em vias de um desfecho final, concluímos esta seção com a ideia de que a exposição dos resultados não encerra o percurso toponímico traçado neste trabalho, pelo contrário, é justamente por causa dele que a trilha se redimensiona e inúmeras outras perspectivas são possíveis no processo de investigar as denominações de cidades, de um estado, de uma região ou de um país.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.

CANÇADO, Marcia. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas**: estudo de caso as nossas senhoras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro: CiFEFil, Volume XI, nº.02 - Livro dos Minicursos, p. 108-121, 2007. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad200320XICNLF.pdf>.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Toponímia brasileira: origens históricas. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: CIFEFIL, Volume XI, 2007 – 141, **Cadernos do CNLF**. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad%2003%20XICNLF.pdf>.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CURVELO, Heloísa Reis. **Topônimos maranhenses [manuscrito]**: testemunho de um passado ainda presente. 2009. 282f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. **Entre buritis e veredas**: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-Mato-Grossense. 2003. 281f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo decaso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional

doAtlas Toponímico do Brasil). *In.*: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. **Revista Trama**, UNIOESTE, Paraná, p. 144-155, 2007. Disponível em: www.unioest.br/saber. Acesso em: 14 jun. 2020.

DURANTI, Alessandro. **Antropologia linguística**. Tradução de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Metáfora e função de registro: a visão de mundo do falante e sua interferência nas línguas naturais. **Linha d'Água**. n. 25(1), p. 67-86, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p67-86>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **A pesquisa em semântica de contextos e cenários: princípios e aspectos metodológicos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O Fato Linguístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural**. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. *Revista de História (UFMS)*, Campo Grande, Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 27- 46, jul./dez. 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro A Carta de Pero Vaz De Caminha. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

MELO, Pedro Antônio Gomes de. Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza antropocultural na toponímia de alagoas. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, UNEMAT editora, v. 10, nº 01, 2017.

MELO, Pedro Antônio Gomes de. A toponímia municipal da microrregião alagoana do sertão do São Francisco. **Revista Letrando**, Paripiranga, Bahia, v. 1. jan-jun. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267244049_A_toponimia_municipal_da_microregiao_alagoana_do_sertao_do_Sao_Francisco. Acesso em: 23 dez. 2020.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto - Crátilo. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973. 194 p. (Coleção Amazônia). Série Farias Brito. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/101>. Acesso em: 30 out. 2020.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios baianos**: descrição, história e mudança. 2008. 549f. Tese (Doutorado) - ILUFBA/ PPGLL, Salvador, 2008.

SCHNEIDER, Marlene. **Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense**: a toponímia dos acidentes físicos. 2002. 173f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas/MS, 2002.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luíz Carlos. (org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais*

do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL).
Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

TEIXEIRA Rubenilson Brazão. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins** [*on-line*], 32, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12355>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.12355>. Acesso em: 03 mai. 2021.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010. p. 281.

VILLALVA, Alina. SILVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Os estudos toponímicos nos permitem resgatar as crenças e os valores perpetuados no ambiente e constituem a memória dos lugares cristalizados no topônimo. O conhecimento sobre a ciência dos nomes é muito significativo para quem se empenha em compreender o processo denominativo de uma região, o léxico considerado “comum” passa por um revestimento de valor onomástico, mobilizando significações singulares ao espaço por ele designado.

Ao pesquisar os topônimos potiguares podemos ter acesso à origem, à formação dos habitantes e às informações essenciais para a construção das identidades linguísticas das cidades o que nos possibilita entender as marcas de cultura impregnadas no nome de um lugar.

